

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FERNANDO DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO

UMA GEOPOLÍTICA DO URBANO: GRANDE TERRA VERMELHA,
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA-ES.

VITÓRIA/ES

2012

FERNANDO DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO

UMA GEOPOLÍTICA DO URBANO: GRANDE TERRA VERMELHA,
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA-ES.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Geografia do Centro de Ciências
Humanas e Naturais da Universidade
Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Geografia.
Orientador: Dr. Cláudio Luiz Zanotelli.

VITÓRIA/ES

2012

UMA GEOPOLÍTICA DO URBANO: GRANDE TERRA VERMELHA,
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA-ES.

FERNANDO DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia
do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do
Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Aprovada em _____ de _____ de 2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Zanotelli Orientador - UFES

Prof. Ms. Mauricio Sogame - UFES

Ms. Latussa Bianca Laranja Monteiro – IJSN/ES

AGRADECIMENTOS

Este trabalho primeiramente dedico à Deus, por ter-me concedido força e sabedoria para realizá-lo. À minha família, em especial à minha mãe Francisca e ao meu irmão Roberto, que me incentivaram e apoiaram nessa grande realização.

Aos colaboradores, Maria e Francisco, moradores de Morada da Barra; Dona Clara, moradora de Residencial Jabaeté e líder comunitária; ao Izidoro, morador de João Goulart; à Dona Maria Clara; aos técnicos do IDURB-ES e da Prefeitura de Vila Velha, em especial ao Pedro, desenhista, técnico da PMVV.

Aos meus mestres, Vilmar José Borges e Marisa Valladares, pela oportunidade que me concederam na iniciação das minhas pesquisas acadêmicas no LEAGEO (Laboratório de Ensino e Aprendizagem em Geografia), pelo apoio e imenso carinho que recebi diante dos obstáculos que enfrentei nesta caminhada.

Aos meus amigos de graduação, que estiveram ao meu lado, ajudando-me, aconselhando-me, dando-me ideias e escutando meus desabafos, são eles: Renata Nunes, Kátia dos Santos, Vinicius André Netto e Eder Lira.

Aos meus orientadores nesta pesquisa, Claudio Zanotelli e Latussa Laranja que riscaram, rabiscaram e graduaram com muito entusiasmo e zelo o que deveria e o que não deveria permanecer neste trabalho.

RESUMO

Este trabalho busca compreender como ocorreu a evolução do tecido urbano na região da Grande Terra Vermelha, Vila Velha, Espírito Santo, no período entre a década de 1970 até a atualidade, fazendo o uso da aerofotogrametria e do geoprocessamento para a confecção de mapas temáticos. Além disso, relaciona o surgimento de loteamentos e a chegada de pessoas a área através do papel do Estado, do capital imobiliário e dos movimentos sociais atuantes em cada época, balizados por diferentes interesses. Busca compreender a trama de relações que envolveram e envolvem o Estado e a sociedade civil na construção do espaço urbano em questão, seja através da cooptação de indivíduos chaves dos movimentos sociais, seja para atender necessidades pontuais da sociedade através do uso do clientelismo e do paternalismo. Destaca a importância dos movimentos sociais, enquanto peça chave na construção do espaço urbano e mesmo agentes de pressão para a abertura de novas frentes de ocupação nas cidades.

Palavras-Chave: Fragmentação Urbana; Poder Público; Movimento Sociais.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Bairro: Morada da Barra.....	37
Foto 2: Área “regular” de extração de areia.....	38
Foto 3: Alagamento em João Goulart.....	39
Foto 4 Valão” entre os bairros de Resid. Jabaeté e N. da Cunha.....	40
Foto 5: Lagoa Jabaeté.....	41
Foto 6: Avenida comercial no bairro Terra Vermelha.....	43
Foto 7: Construção de domingueira.....	71
Foto 8: Bairro João Goulart.....	76
Foto 9: Rua estreita e disforme - João Goulart.....	84
Foto 10: Avenida Brasil – João Goulart.....	88
Foto 11: Rua em Morada da Barra (1).....	90
Foto 12: Rua em Morada da Barra (2).....	93
Foto 13: Rua em Morada da Barra (3).....	94
Foto 14: Av. Brasil - Morada da Barra.....	98
Foto 15: Bairro Residencial Jabaeté.....	100
Foto 16: Programa Nossa Casa.....	103
Foto 17: Rua não Pavimentada – Residencial Jabaeté.....	105
Foto 18: Escola Residencial Jabaeté.....	110
Foto 19: Habitação de Interesse Social – Residencial Jabaeté	111
Foto 20: CREAS – Residencial Jabaeté.....	111
Foto 21: Pavimentação – Residencial Jabaeté.....	112
Foto 22: Implementação de Tratamento de Esgoto – Resid. Jabaeté.....	112

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Cordões Litorâneos.....	36
Imagen 2: Lagoa Jabaeté.....	42
Imagen 3: Área adquirida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diferentes escalas urbanas.....	19
Figura 2: Área de terreno alagado ao lado do Loteamento Estrela.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População do Aglomerado de Terra Vermelha.....	30
Tabela 2: Equipamentos Públicos 2011.....	44
Tabela 3: Governadores do estado e acontecimentos do mandato.....	74
Tabela 4: Prefeitos de Vila Velha e acontecimentos do mandato.....	75
Tabela 5: Projetos Habitacionais em Residencial Jabaeté.....	102
Tabela 6: Horários de Linhas - Morada da Barra (1).....	126
Tabela 7: Horários de Linhas - Morada da Barra (2).....	127
Tabela 8: Horários de Linhas - João Goulart.....	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide Etária – Aglomerado de Terra Verme.....	32
Gráfico 2: Idade Mediana por bairro – Aglomerado de Terra Vermelha.	32
Gráfico 3: Distribuição de Homens e Mulheres por bairro – Aglomerado de Terra Vermelha.....	33

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização Geral.....	21
Mapa 2. Loteamentos GTV aprovados, mas não ocupados 1950 - 1970.....	50
Mapa 3: Ocupação GTV – 1970.....	54
Mapa 4: Ocupação GTV – 1978.....	55
Mapa 5: Ocupação GTV – 1998.....	56
Mapa 6: Ocupação GTV – 2005.....	57
Mapa 7: Ocupação GTV – 2011.....	58
Mapa 8: Limites do Bairro Dom João Batista.....	61
Mapa 9: Limites do Bairro Santa Clara.....	62
Mapa 10: Limites do Bairro Praia dos Recifes.....	64
Mapa 11: João Goulart: Área Pública e Área Privada.....	71
Mapa 12: Ocupação do Bairro João Goulart - 1998.....	85
Mapa 13: Ocupação do Bairro João Goulart - 2005.....	86
Mapa 14: Ocupação do Bairro João Goulart - 2011.....	87
Mapa 15: Ocupação do Bairro Morada da Barra - 1998.....	95
Mapa 16: Ocupação do Bairro Morada da Barra – 2005.....	96
Mapa 17: Ocupação do Bairro Morada da Barra – 2011.....	97
Mapa 18: Ocupação do Bairro Residencial Jabaeté - 1998.....	107
Mapa 19: Ocupação do Bairro Residencial Jabaeté - 2005.....	108
Mapa 20: Ocupação do Bairro Residencial Jabaeté - 2011.....	109

LISTA DE SIGLAS

CAIC: Centro Municipal de Educação Infantil

CESAN: Companhia Espírito-Santense de Saneamento

COHAB-ES: Companhia de Habitação e Urbanização do Estado do Espírito Santo

COMASSES: Comissão de Assentamento do Espírito Santo

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência em Assistência Social

GRF-IJSN: Guia de Regularização Fundiária - Instituto Jones dos Santos Neves

GTV: Grande Terra Vermelha

IBC: Instituto Brasileiro do Café

IDURB-ES: Instituto de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo

IJSN-ES: Instituto Jones dos Santos Neves – Espírito Santo

MNLM: Movimento Nacional de Luta Pela Moradia

PMVV: Prefeitura Municipal de Vila Velha

RGMV: Região Metropolitana da Grande Vitória

SEAMA: Secretaria de Meio Ambiente

UNMP: Movimento Nacional por Moradia Popular

USAF: United States Air Force

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Objetivos Gerais.....	23
1.1.1. Objetivos Específicos.....	24
1.2. Metodologia.....	25
1.2.1. Aerofotogrametria e Geoprocessamento.....	25
1.2.2. Recurso da História Oral – Entrevistas.....	27
1.2.3. Ida a Campo.....	28
1.2.4. Fontes Bibliográficas.....	28
1.3. Conteúdo da Monografia.....	29
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL.....	30
2.1. Características demográficas.....	30
2.2. A periferia e sua situação territorial.....	34
2.3. Aspectos básicos sobre o suporte biofísico.....	35
2.3.1. Geologia, Geomorfologia e Pedologia.....	35
2.3.2. Vegetação e Hidrografia.....	39
3. FORMAÇÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA: 1970 – 2011.....	47
BOX I: SOBRE A LEGALIDADE E A ILEGALIDADE.....	68
BOX II: RELAÇÃO DE ACONTECIMENTOS E GOVERNANTES.....	73
4. ESTUDO DE CASO: JOÃO GOULART, MORADA DA BARRA E RESIDENCIAL JABAETÉ.....	76
4.1. João Goulart.....	76
4.1.1. Infraestruturas e usos do solo em João Goulart.....	88
4.2. Morada da Barra.....	90
4.2.1. Infraestruturas e Usos do Solo em Morada da Barra.....	98
4.3. Residencial Jabaeté.....	100
4.3.1. Infraestruturas e Usos do Solo em Residencial Jabaeté.....	110

5. CONCLUSÃO.....	113
6. BIBLIOGRAFIA.....	116
ANEXO 1.....	120
ANEXO 2.....	122
ANEXO 3.....	124
ANEXO 4.....	126

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia trata do papel dos movimentos sociais e do poder público na produção do espaço urbano, com base no reconhecimento de que estes, alinhados ou em conflito, são capazes de produzir novas frentes de urbanização nas metrópoles.

Os movimentos sociais são vistos como os embriões da reforma urbana e como um dos principais atores na construção do espaço, na medida em que as lutas promovidas por estes foram e são capazes de pressionar o poder público para a criação de loteamentos e ocupações voltados à população de baixa renda, conforme foi analisado neste trabalho.

Especificamente, aqui, se propõe analisar a atuação dos movimentos sociais e sua relação com o poder público na construção do tecido urbano da Grande Terra Vermelha (GTV)¹, situada no município de Vila Velha, Região Metropolitana da Grande Vitória², Espírito Santo, Brasil, objeto desta pesquisa, a partir da década de 1970 até a atualidade, a fim de compreender como se deu o processo de formação de uma área bastante heterogênea, no que diz respeito à infraestrutura, à situação dos assentamentos, à produção de habitação de interesse social, aos loteamentos privados e às ocupações irregulares.

O objetivo aqui é documentar um processo geo-histórico, marcado por conflitos sociais e interesses políticos, que teve uma série de atores envolvidos, como os movimentos sociais atuantes em cada época, ex-prefeitos, ex-governadores do Estado do Espírito Santo e técnicos da prefeitura de Vila Velha. Busca-se, também, compreender como os jogos políticos estão

¹ Composta por 13 bairros: 23 de Maio, Barramares, Cidade da Barra, João Goulart, Morada da Barra, Normília da Cunha, Residencial Jabaeté, Riviera da Barra, São Conrado, Santa Paula I, Santa Paula II, Terra Vermelha e Ulisses Guimarães.

² Abrange os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

intrinsecamente ligados às problemáticas da periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Diversos são os estudos, realizados por vários autores (Harvey, 1992, 2005; Maricato, 1996, 1997, 2000, 2010, 2011; Bonduki, 2004; Ribeiro e Santos Junior, 2007; Souza 2010, entre outros), sobre as periferias e as transformações que as paisagens das metrópoles brasileiras vêm sofrendo nas últimas décadas. Esse processo de ampliação da urbanização, segundo Tardin (2008), vem alterando as relações tradicionais existentes entre centro-periferia, criando diversas manchas urbanas pela cidade, que não seguem traçado uniforme, são descontínuas. Sendo assim, forma-se uma intricada rede de relações com grande diversidade de usos e funções bastante complexas.

As metrópoles brasileiras sofreram transformações rápidas e complexas nas últimas décadas. Apesar de a Região Metropolitana da Grande Vitória não evidenciar-se como uma área tão extensa como as de seus vizinhos do sudeste brasileiro, é possível verificar as descontinuidades da mancha urbana em diversos municípios, com conformações bastante distintas e inusitadas.

As áreas periféricas, por vezes isoladas, distantes dos centros, com difícil acesso a mobilidade, são capazes de criar em seu interior “centros compactos”, onde é criada uma trama de rede e de relações que envolvem os bairros periféricos vizinhos e mesmo as áreas rurais próximas que, inevitavelmente se misturam a esta periferia, áreas essas conhecidas como *rurbano* (LEFEBVRE, 2010). Nessas áreas há certa mistura entre o rural e o urbano, o periurbano, dando uma visão de que há urbanidades e ruralidades no mesmo território.

Para Lefebvre (2010), portanto, a cidade ataca o campo e “o despoja de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definharam em proveito dos centros urbanos (comerciais, industriais, centro de decisão, etc)” (p. 74).

Diante desta realidade, um olhar mais apurado sobre essas áreas que parecem estar se transformando todos os dias e a todo o momento é muito importante. Compreender a dinâmica da consolidação da urbanização e elaborar um estudo, resgatando um processo histórico, é compreender a forma com que as nossas cidades vêm crescendo e quais atores estão envolvidos nesse processo dinâmico e complexo.

A proposta deste trabalho traz a possibilidade de contar um pouco da geo-história da formação de nossas cidades e dos processos que dão origem a elas, especificamente aqui, o caso da GTV, que não foi fruto do acaso e sim de acordos, lutas e tensões. História esta, abafada pelo tempo e que, por algumas vezes, teve a oportunidade de ter sido contada, mas que se perde com o passar dos anos. Objetiva-se aqui, documentar esta geo-história.

Dentro desta realidade, o município de Vila Velha evidencia-se como um exemplo de município em que existem extremos cada vez mais acentuados relacionados à distribuição de renda. Parte da população não está inserida no mercado imobiliário formal, problema este agravado pela dificuldade do Estado em controlar o uso e a ocupação do solo urbano municipal.

Apesar de possuir o maior número de lançamentos imobiliários no mercado formal da Grande Vitória – Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória (49% do total)³ o município desponta entre os que mais apresentam assentamentos de características de habitat precário marcados por diversas carências infraestruturais, como casas com mínimas condições de habitabilidade, falta de saneamento básico em algumas áreas, rede viária precária, sem pavimentação, além de falta de equipamentos urbanos de infraestrutura, à exemplo da GTV, onde encontram-se pessoas vivendo em áreas de loteamentos em situação de irregularidade e precariedade.

A eleição do estudo de caso legitimou-se através de critérios que objetivaram trabalhar dentro de uma unidade territorial concreta, com aspectos geográficos de formação de tecido urbano bem delimitados ao lado de áreas

³ Censo Imobiliário SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil) 2011.

rurais, além de ser um recorte de mancha urbana facilmente visível, que nos permite criar hipóteses quanto as suas características morfológicas, além de despertar alguns por quês sobre a delimitação dos bairros; e também de levantar uma série de questões sobre os aspectos geográficos da conformação dos bairros, bem como do suporte biofísico da área.

Percebeu-se, que existem algumas configurações na morfologia urbana que podem levar à segregação socioespacial da população pobre. A primeira característica desta morfologia é a disparidade existente entre centro x periferia, onde no centro temos um solo de elevado valor e na periferia um solo de baixo valor de mercado. A aglomeração nos centros, segundo Pereira (2011), explica a importância desta “renda” de acordo com a localização. A segunda e marcante, é a separação entre moradias populares e moradias da população das camadas mais privilegiadas da sociedade. A terceira delas é o empobrecimento da vida urbana, ou mesmo a “morte das cidades”, com afirma Jacobs (2009), onde há o esfacelamento da vida urbana, em que há a separação entre as zonas residenciais, as zonas de escritórios e as industriais, geradas por uma política de zoneamento e racionalização da produção do espaço urbano.

A problemática da segregação socioespacial também está intrinsecamente ligada à crise da mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras e esse caso não foge à realidade da GTV. Desde o princípio de sua formação, a população local enfrenta dificuldade em ter acesso aos meios de transporte, não pela inexistência deles, mas pela carência de recursos que deem acesso à mobilidade.

A parcela mais carente da população (classes D e E) é a que encontra maior dificuldade para realizar descolamentos. Esse segmento corresponde a quase 45% da população total das metrópoles nacionais, mas representa menos de 30% dos usuários de ônibus urbanos (RIBEIRO & SANTOS JÚNIOR, 2007, p. 32)

Observou-se na área de estudo que um grande contingente de moradores faz os seus deslocamentos para o trabalho a pé ou de bicicleta, mesmo tendo que percorrer longas distâncias, afinal, os centros de comércio,

serviços e industriais do município de Vila Velha encontram-se relativamente distantes da GTV.

A delimitação da área de estudo está relacionada ao conceito de unidade territorial. Segundo Font et al (apud Tardin 2008), as unidades territoriais estariam representadas por alguns fatores, como, por exemplo, estar ligadas a uma unidade fisiográfica e a um sistema particular de organização espacial, morfológica e funcional.

A unidade territorial objeto de estudo, apresenta características particulares que reforçam as análises dos fenômenos a que se pretende, neste trabalho, explicar. Tendo em vista a grande expressividade territorial da região⁴ aqui trabalhada, no caso do aglomerado da Grande Terra Vermelha, buscou-se fazer uma análise de 3 bairros: João Goulart, Morada da Barra e Residencial Jabaeté. A conceituação de bairro abordada neste trabalho, parte dos pressupostos de Souza (2010), Ribeiro (2011) e Seabra (2003). Para esses autores, a noção de bairro está ligada a características mais locais, onde se materializam processos compostos por identidades próprias e vivencias reais. Sobre as escalas do urbano, já que o bairro trata de um processo local, Santos (apud Ribeiro 2011) faz uma proposta das diferenças de grandezas que vai desde a habitação, algo mais individual até a complexidade da cidade.

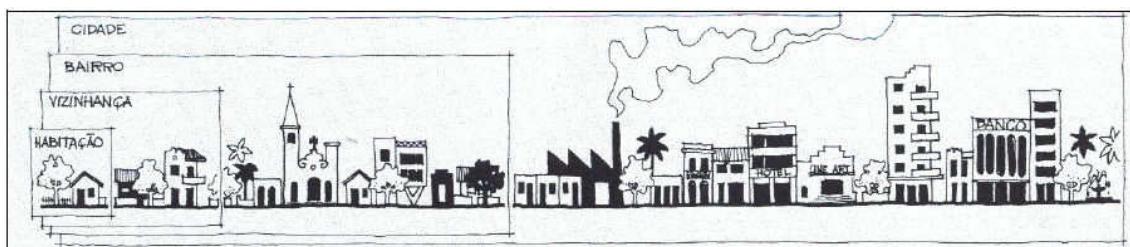


Figura 1. Diferentes escalas urbanas
Fonte: Santos, 188.60, apud Ribeiro, 2011.

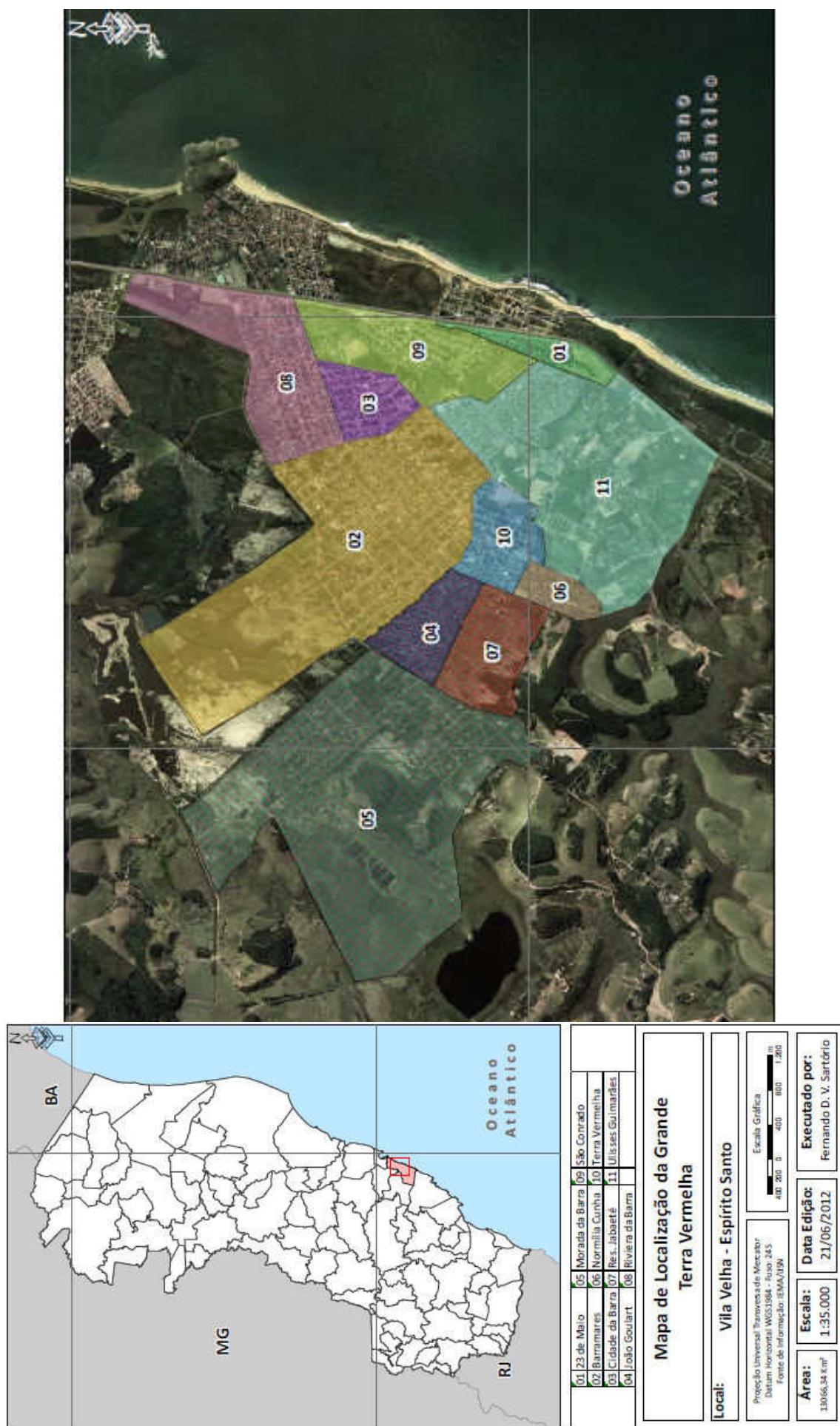
⁴ O termo “região” é utilizado neste trabalho apenas para delimitar a área de estudo. Os próprios moradores entendem que vivem na “Região da Grande Terra Vermelha” afirmando isso a todo o momento.

A identidade do bairro, portanto, está ligada a empatia dos moradores em relação a si mesmos e ao local onde vivem. E, ainda assim, pode ter significados diferentes para cada morador ou frequentador. Pode ser um lugar de moradia ou um lugar de vida, do cotidiano. Portanto, as formas de vivenciar um bairro ocorrem de diferentes maneiras, dependendo de cada morador que ali vive e suas intenções para o com o bairro (RIBEIRO, 2011).

A escolha por estes três bairros se deu a partir do momento em que foi verificado que as suas formações são bastante complexas e distintas umas das outras. Cada bairro possui peculiaridades, como: tipos de formação (loteamento privado/assentamentos), atores de ocupação (privados/movimentos sociais), além da diferenciação de cronologia de formação de cada um deles. O bairro de João Goulart, por exemplo, foi escolhido por apresentar características de assentamentos de movimentos sociais, em sua totalidade. É também um bairro onde houve a ocupação de áreas privadas e áreas públicas. O bairro de Morada da Barra é fruto de loteamentos privados, vendidos à pessoas de locais longínquos (outros estados) ou mesmo da região metropolitana. Apesar disso, também foi intensamente caracterizado por assentamentos irregulares. O bairro de Residencial Jabaeté, por exemplo, é fruto da desapropriação de terras privadas, por parte do poder público estadual, objetivando a construção de habitações de interesse social. É válido ressaltar, que esse bairro surge com a necessidade de minimizar o déficit habitacional da região metropolitana e que, apesar de estar ao lado de áreas de assentamentos ilegais, foi preservado pelos próprios movimentos sociais, com o objetivo de deixar o ordenamento do bairro sob a responsabilidade do governo estadual, a fim de que esse o organizasse com a finalidade de se produzir moradias dignas para as famílias envolvidas nos processos de requerimentos de habitações sociais, promovidas pelo poder público.

O **mapa 1** mostra a localização da unidade territorial que balizou a realização deste trabalho.

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO GERAL



Posição Geográfica: a unidade está localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória, no município de Vila Velha, em área de consolidação urbana recente, rente à área rural do município. Os três bairros, inseridos na Grande Terra Vermelha, objetos desta pesquisa, são: João Goulart, Morada da Barra e Residencial Jabaeté.

- João Goulart faz divisa: ao **norte** com Barramares, ao **sul** com Residencial Jabaeté, ao **leste** com Terra Vermelha e ao **oeste** com Morada da Barra.
- Morada da Barra faz divisa: ao **norte** com fazenda privada, ao **sul** com fazendas da prefeitura, ao **leste** com João Goulart e Residencial Jabaeté e ao **oeste** com fazendas privadas.
- Residencial Jabaeté faz divisa: ao **norte** com João Goulart, ao **sul** com área rural, ao **leste** com Terra Vermelha e Normília da Cunha, ao **oeste** Morada da Barra.

Fisiografia: o recorte territorial da Grande Terra Vermelha é bastante preciso e seus limites encontram-se entre rodovias, ruas e áreas rurais privadas. No que diz respeito às características geográficas a unidade está bem delimitada, situando-se entre:

- Norte: área rural
- Sul: área rural
- Leste: rodovia do Sol
- Oeste: área rural

Estrutura Urbana: por ser uma unidade territorial que está em processo de consolidação urbana, vem sofrendo com a pressão pela ocupação de novos assentamentos e infraestruturas. Muitas áreas livres podem ser percebidas nos bairros em estudo, exceto João Goulart, bairro densamente ocupado, sem qualquer resquício de áreas livres.

1.1. Objetivos Gerais

No que concerne à ocupação e localização espacial da Grande Terra Vermelha no contexto da região metropolitana, observa-se relativa distância entre os bairros e as áreas centrais metropolitanas. Supõe-se, que [1] o espaço tenha sido utilizado como estratégia de governantes para realocar famílias oriundas do interior do estado, bem como de outras áreas da região metropolitana, com objetivos eleitoreiros e paternalistas, [2] além de ter sido uma alternativa de ocupação por parte das camadas da população de baixa renda, tendo em vista sua situação de exclusão da cidade legal, exclusão esta, relacionada aos problemas de renda, à exclusão do mercado de trabalho legal, ao preço da moradia etc., culminando na falta de política habitacional para essa parcela da população, que se via, não raro, sem alternativas.

Acredita-se que a interferência estatal⁵ na organização desse espaço foi muito baixa, tendo em vista as grandes problemáticas sempre presentes no bairro, relacionadas à criminalidade, aos loteamentos irregulares, à escassez de equipamentos públicos, como postos de saúde, escolas, postos de polícia, áreas de lazer, entre outros. Nesse sentido, acredita-se que, à luz de Maricato (2006):

[...] a presença do Estado em áreas de ocupação ilegal, pode se restringir à troca de favores pontuais com finalidade eleitoral. De um modo geral, o Estado está ausente e esse vazio é ocupado por um poder paralelo (pág. 46).

Acredita-se que os movimentos sociais atuaram, ora de forma alinhada, ora de forma tensionada com os diversos atores (setor imobiliário, sindicatos, políticos, pistoleiros etc) e interesses na área em foco, portanto, busca-se aqui compreender essa relação dos movimentos com os outros interesses e atores naquele mesmo território.

⁵ Essa interferência estatal refere-se à construção de equipamentos públicos, como escolas, praças, postos de saúde, quadras esportivas, etc.

Portanto, busca-se compreender como se deu o processo de evolução da mancha urbana na GTV, especificamente nos bairros de João Goulart, Morada da Barra e Residencial Jabaeté, tendo em vista que: [1] João Goulart foi um bairro criado a partir de assentamentos em terras privadas, promovidos por autoridades do poder público e por lideranças de movimentos sociais. [2] Morada da Barra foi parcelado a partir de um loteamento privado, tendo seus lotes vendidos e, posteriormente, “invadidos” por lideranças de movimentos sociais a fim de construir assentamentos. [3] Residencial Jabaeté foi adquirido pelo poder público em 1992, loteado e planejado para a produção de habitação de interesse social, resultado de luta de 15 movimentos sociais. As características distintas de formação de cada bairro emergem como uma possibilidade de estudo, afinal, apesar de estarem geograficamente próximos, possuem tipologias de ocupação bastante distintas, no que concerne à cronologia, aos tipos de ilegalidades e irregularidades e ao papel do poder público, dos agentes privados e dos movimentos sociais em sua formação.

1.1.1. Objetivos Específicos

- Reconhecer o papel dos movimentos sociais na construção do espaço da área desta pesquisa.
- Identificar o papel do setor imobiliário na construção do espaço da área desta pesquisa.
- Verificar o papel do Estado na organização do espaço.
- Diagnosticar as similaridades e discrepâncias que podem ser observadas entre os espaços gerados.
- Utilizar a história oral como fonte de pesquisa, a fim de documentar falas, experiências de vida e saberes dos indivíduos que estiveram envolvidos no processo de formação da GTV.

1.2. Metodologia

A fim de atender os objetivos propostos por esta pesquisa, sobretudo o levantamento histórico da construção do espaço urbano da unidade territorial em comento, se fez necessário um levantamento quantitativo e qualitativo da área. Inseridos qualitativamente na pesquisa, estão as entrevistas e as falas dos atores envolvidos na questão, a análise das imagens aéreas e a produção cartográfica advinda desta análise e a pesquisa documental. No que se refere a análise quantitativa, estão os dados de população da unidade, a quantidade de equipamentos públicos na área, os índices de homicídios, entre outros.

Entre os métodos utilizados encontram-se: a aerofotogrametria e o geoprocessamento a fim de se produzir um material cartográfico da unidade, baseado em um traçado histórico de evolução da mancha urbana, o recurso da história oral que visa dar vozes aos atores que estiveram envolvidos desde o princípio e na atualidade com a produção da unidade territorial em questão, a ida a campo que possibilitou fazer uma caracterização de toda a unidade, levantando principalmente o aspecto da infraestrutura local através de imagens fotográficas, além da pesquisa bibliográfica que proporcionou o referencial teórico deste trabalho, a fim de subsidiar as hipóteses, os objetivos, as problemáticas e os métodos utilizados nesta pesquisa.

1.2.1. Aerofotogrametria e Geoprocessamento

A área correspondente ao recorte espacial da área em questão desta pesquisa é de aproximadamente 660 hectares, representando cerca de 2,8% do Município de Vila Velha. A definição da área inclui, inicialmente, toda a GTV, incluindo bairros que fazem divisa com o oceano Atlântico, próximos a GTV, no caso, Barra do Jucú e Praia dos Recife, localizados às margens da Rodovia do Sol (ES-060). A escala, a partir da caracterização local, é aumentada apenas nas áreas dos três bairros especificamente estudados nesta pesquisa: Morada da Barra, João Goulart e Residencial Jabaeté. A facilidade na visualização do

recorte territorial se dá devido a proximidade da unidade com a área rural, tendo seus limites urbanos bem estabelecidos.

A variação da escala utilizada está entre 1:100000 e 1:5000, pois verifica-se que, a partir desta análise é possível chegar às conclusões pretendidas, possibilitando o reconhecimento dos bairros específicos estudados, até aqueles que encontram-se no entorno, sem que houvesse perda da qualidade da análise.

Através das fotografias aéreas mais antigas e os levantamentos de imagens de satélites, foi feita a análise do crescimento da mancha urbana no município de Vila Velha desde o ano de 1970. Para tal, foram feitas análises de imagens aéreas disponíveis na biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves e no Projeto Veracidade⁶. Essa representação do espaço permitiu a identificação dos rumos do crescimento da mancha urbana no município de Vila Velha. Em consonância, a ciência da Geoinformação complementou os estudos dos fenômenos urbanos que ocorrem na região, através do mapeamento dos bairros desta pesquisa, bem como a análise do crescimento dos mesmos. O geoprocessamento é uma ciência importante, balizada em um conjunto de ferramentas que são utilizadas para a manipulação de dados espaciais. Dessa forma, a partir do tratamento de dados, pode-se fazer vários tipos de análises e estudos muito específicos, como é o caso dos estudos ambientais, urbanos, populacionais, agrícolas, entre outros, através da elaboração de mapas temáticos (CÂMARA, et al., 2006).

⁶ Sítio online com informações aerofotogramétricas da Região Metropolitana da Grande Vitória que vão desde a década de 1970 até o ano de 2005. Disponível em: www.veracidade.com.br .

1.2.2. Recurso da História Oral - Entrevistas

Em paralelo, a fim de obter as informações e dados necessários para a produção desta pesquisa, buscou-se encontrar os principais movimentos sociais atuantes na região (Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM e a União Nacional por Moradia Popular – UNMP), além de lideranças locais (líderes comunitários, ativistas e Organizações não Governamentais), a fim de investigar o papel dos Movimentos Sociais na evolução das ocupações.

Na perspectiva de que os Movimentos Sociais tiveram certa importância na configuração territorial e na organização do espaço do aglomerado da GTV, acredita-se que o uso da história oral dos participantes destes movimentos, seria um importante recurso de pesquisa, pois, como fundamenta Bom Meihy (apud Borges et al 2008, pág, 12): “a história oral possibilita a elaboração de registros e documentar experiências, saberes e práticas de pessoas, a respeito de suas vivências e concepções”. Nesta abordagem de pesquisa, a história oral equivale às fontes escritas, possibilitando documentar aquilo que ainda não foi documentado. Sendo assim, foi criado um roteiro de entrevistas⁷ aberto e semiestruturado. A aplicação desses roteiros ocorreu em reuniões junto aos movimentos sociais atuantes na região na atualidade, bem como através de diálogos junto às antigas lideranças e moradores que estiveram presentes na região desde o final da década de 1960.

No total foram realizadas 10 entrevistas. Entre os entrevistados, encontram-se: lideranças dos movimentos sociais, moradores mais antigos e moradores atuais, técnicos da prefeitura de Vila Velha e do governo do Estado do Espírito Santo. As entrevistas foram realizadas na sede dos movimentos, em ONGs ou mesmo nas casas dos colaboradores. O procedimento das entrevistas gerou valioso material que subsidiou toda esta pesquisa, pois permitiu correlacionar a construção do espaço em questão, com os interesses dos movimentos sociais e do poder público na área, além de servir como base para um relato da história do local.

⁷ O modelo de roteiro em anexo: ANEXO 1

1.2.3. Ida a Campo

A proposta de ida a campo se deu a fim de efetivar a realização das entrevistas com os agentes-objetos desta pesquisa, seja com os movimentos sociais, com moradores antigos dos bairros e com técnicos da prefeitura e do Estado, além de homens públicos de papel importante na história do local. A ida às prefeituras e a entrevistas com os técnicos visou a coleta de informações no que concerne à atuação do poder público nas áreas objeto desta pesquisa. De importância significativa, são as entrevistas com os homens públicos que estiveram à frente da ocupação da região, principalmente na década de 1990, onde a GTV passou por expressivo incremento populacional, estimulado pelo poder público atuante na época.

Além disso, visando fazer uma caracterização da área, foi feito um levantamento de imagens dos bairros, a fim de verificar suas condições físicas e de infraestrutura.

1.2.4. Fontes Bibliográficas

Foi feita uma pesquisa documental no Instituto de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo (IDURB-ES), na biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), nas Secretarias de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha e na Secretaria de Ação Social Vila Velha, além de demais órgãos públicos pertinentes a esta pesquisa, a fim de compreender o papel do Estado e das políticas públicas de habitação social na área foco desta pesquisa, associando tais políticas às ações dos movimentos sociais. Buscou-se também documentos e livros que contassem a história da construção do tecido urbano de Vila Velha, além de mapas antigos, que pudessem nos dar uma noção de como era o traçado urbano municipal.

1.3. Conteúdo da Monografia

Depois da introdução, que aborda alguns aspectos gerais desta monografia, como a justificativa, os objetivos, as hipóteses e metodologia, o capítulo 2 aborda a caracterização da unidade territorial, podendo-se assim, identificar as principais características da área de estudo, no caso, o aglomerado da Grande Terra Vermelha, com enfoque nos bairros: João Goulart, Morada da Barra e Residencial Jabaeté. São abordados neste capítulo: a atual situação territorial, relativa a localização, as características biofísicas, como o relevo, a hidrografia e os solos,

No capítulo 3, objetiva-se compreender o processo geo-histórico de formação da região, compreendendo a configuração atual do bairro, relacionando as questões históricas ao papel dos movimentos sociais, dos agentes privados e do poder público na construção do espaço urbano local. Em seguida, no capítulo 4, foi feito o estudo de três bairros, no caso: João Goulart, Morada da Barra e Residencial Jabaeté. Nesse estudo de caso, foi produzida uma análise da formação desses bairros, além do diagnóstico das características de infraestrutura de mobilidade (principais ruas, linhas de ônibus) e situação dos equipamentos públicos, bem como novos projetos previstos nessa área para a unidade e as características populacionais.

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL

Este capítulo faz uma caracterização da Grande Terra Vermelha, levando em consideração a infraestrutura presente nos bairros (condições urbanas – escolas, praças, pavimentação, esgotamento sanitário, etc.), suas características demográficas, além dos aspectos biofísicos, buscando demonstrar a situação dos ecossistemas presentes, bem como, como estes sofreram impactos com o processo de urbanização da região.

2.1. As características demográficas

Segundo dados do Censo 2010 (IBGE), o aglomerado da Grande Terra Vermelha possui 43.467 habitantes.

Tabela 1. População do Aglomerado de Terra Vermelha

Bairro	Habitantes
Barramares	12.405
Ulisses Guimarães	7.271
Morada da Barra*	4.940
Riviera da Barra	3.445
São Conrado	2.981
Terra Vermelha	2.847
Residencial Jabaeté*	2.517
João Goulart*	2.367
Cidade da Barra	2.085
Normília da Cunha	1.355
Vinte e Três de Maio	1.254
Total	43.467

Fonte: IBGE - 2010. Elaboração: Fernando Sartório

*bairros analisados na pesquisa

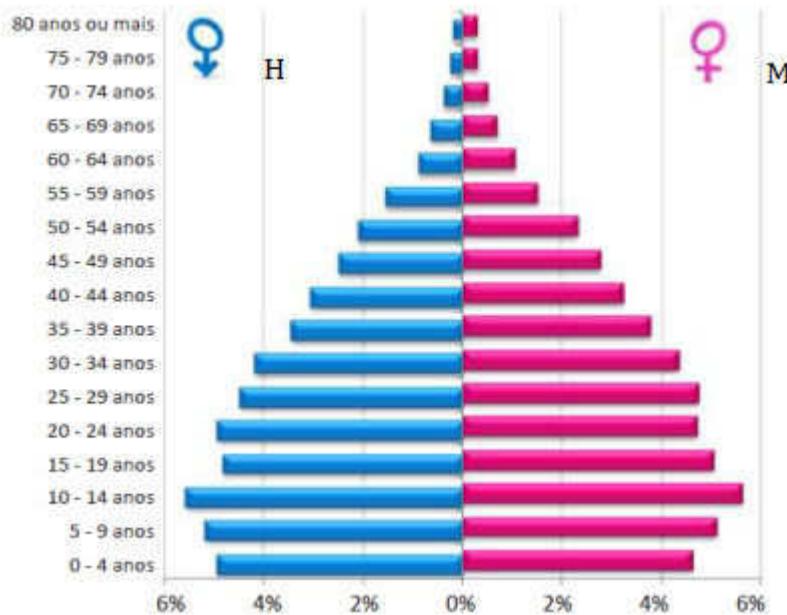
Conforme é possível observar na **tabela 1**, o bairro mais populoso do aglomerado é o de Barramares, com 12.405 habitantes e o menos populoso é o bairro Vinte e Três de Maio, às margens da Rodovia do Sol (ES 060).

Entre os bairros do estudo mais aprofundado, Morada da Barra é o mais populoso, com 4.940 habitantes. O bairro Residencial Jabaeté é o segundo mais populoso, com 2.517 habitantes. O bairro João Goulart é o terceiro, com 2.367 habitantes.

Acredita-se que o bairro de Morada da Barra, por possuir grande quantidade de lotes livres, será um dos bairros que mais receberá incremento populacional, tendo em vista as possibilidades de crescimento. O bairro Residencial Jabaeté também receberá grande contingente populacional nos próximos anos. É o bairro que mais cresce, pois recebe muitos projetos de habitação de interesse social. Atualmente, 1488 apartamentos estão sendo construídos. João Goulart não possui áreas livres para construção de novas habitações, porém, é marcante a presença de construções sobre construções (verticalização - autoconstrução), a fim de ampliar as residências. Esse tipo de trabalho é feito principalmente por jovens que estão começando a vida, casando-se e ampliando a família.

A pirâmide etária do aglomerado evidencia uma grande quantidade de jovens e crianças, porém mostra uma leve diminuição das taxas de natalidade nos últimos anos (estreitamento da base). A maior parte da população concentra-se na faixa etária entre 10 e 14 anos, o que indica evidente demanda por instituições de ensino fundamental, de lazer e de equipamentos culturais.

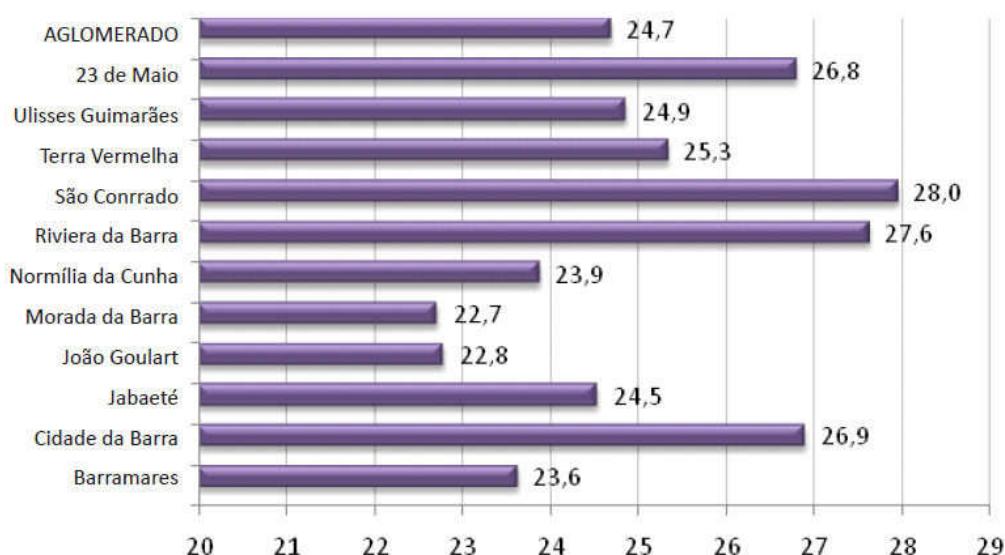
Gráfico 1. Pirâmide Etária - Aglomerado de Terra Vermelha - 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010; Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais e Coordenação de Estudos Territoriais – IJSN/ES.

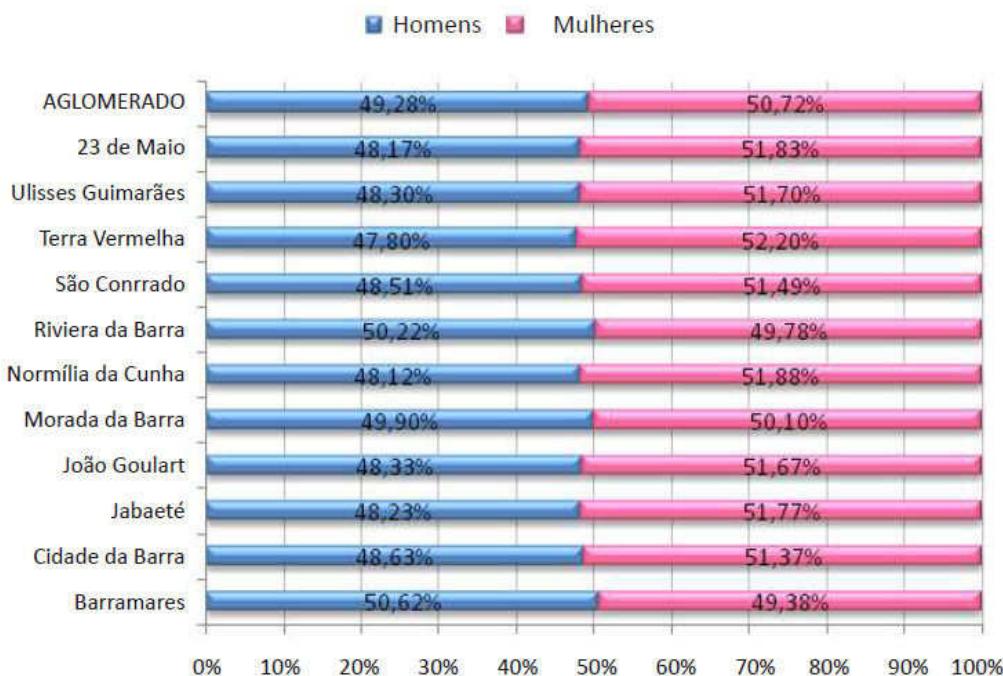
A idade mediana da população dos bairros está entre 22 e 28 anos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2. Idade Mediana por Bairro - Aglomerado de Terra Vermelha



Fonte: IBGE – Censo 2010; Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais e Coordenação de Estudos Territoriais – IJSN/ES, 2011.

Gráfico 3. Distribuição de Homens e Mulheres por Bairro - Aglomerado de Terra Vermelha



Fonte: IBGE – Censo 2010; Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais e Coordenação de Estudos Territoriais – IJSN/ES, 2011.

A análise da estrutura etária da população do aglomerado de Terra Vermelha, feita pelo IJSN/ES (2011), revela que os bairros analisados apresentam uma idade mediana relativamente baixa. Metade da população é composta por pessoas com idade igual ou inferior a 24,7 anos. Morada da Barra apresenta idade mediana de 22,7 anos, a menor dos bairros analisados. Essa população jovem, segundo entrevistados (líderes comunitários e moradores), necessita de programas de qualificação profissional e escolas de ensino médio para concluir seus estudos.

Sobre a distribuição de homens e mulheres, observa-se certo equilíbrio na quantidade de presença de cada grupo em todos os bairros, sendo que na maioria a presença feminina é razoavelmente maior.

2.2. Periferia e sua situação territorial

A Grande Terra Vermelha passou por importantes transformações territoriais na ocupação urbana das últimas 4 décadas. As principais transformações ocorreram principalmente a partir da década de 1990, quando a população, por necessidade e estimulada pelo poder público, começa a adensar o local com maior intensidade.

A área está localizada no sul do município de Vila Velha, afastada dos principais centros da cidade (bairros do Centro, Glória, Praia da Costa e Itapuã).

Essa característica evidencia a situação periférica da área em relação ao município. A opção por ocupar as áreas periféricas das cidades, segundo Davis (2006), emerge como uma alternativa para os mais pobres excluídos da cidade formal. Apesar de estarem atreladas à distância dos grandes centros urbanos, Ronilk (2010) afirma que as periferias estão muito mais ligadas aos ambientes de elevada precariedade de escassa assistência pública e recursos, embora exista a modalidade de periferia que abriga condomínios de alto padrão. Portanto, o conceito de periferia acaba abarcando características de uma população de elevado padrão com aquela que vive em estado de extrema pobreza. Por isso, as periferias são vistas por geógrafos, sociólogos e urbanistas, como áreas “indefinidas”, pois suas características ainda não estão muito claras.

2.3. Aspectos básicos sobre o suporte biofísico

2.3.1. Geologia, Gemorfologia e Pedologia

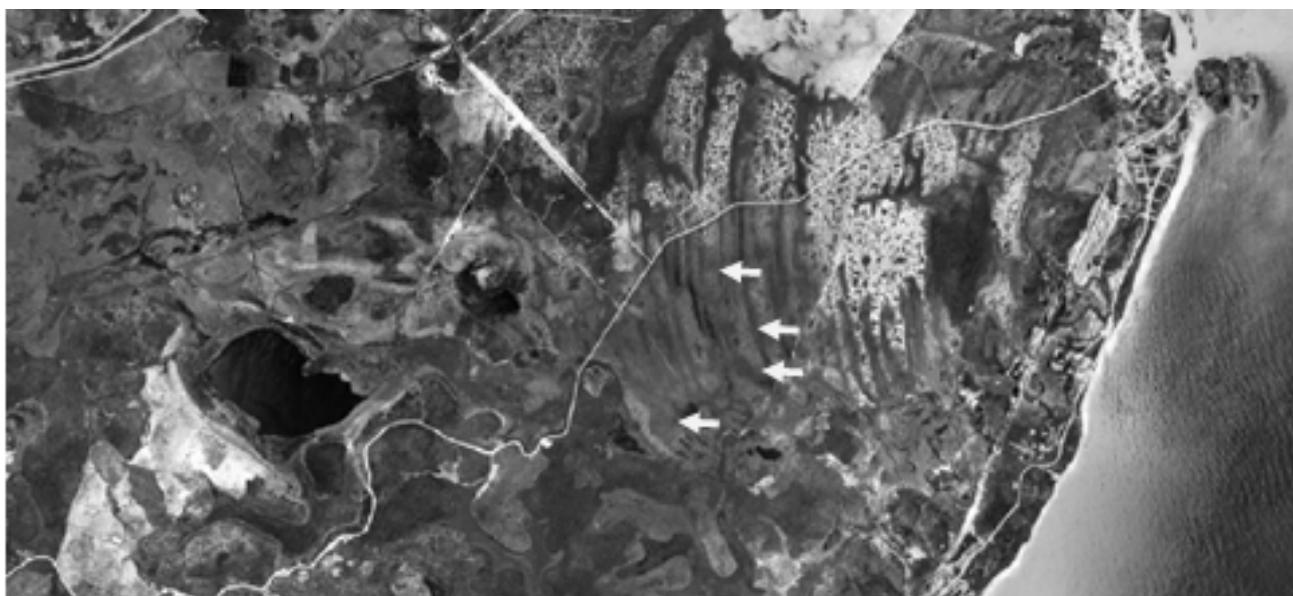
Segundo Souza et al (2004), a área de estudo está inserida no Domínio Geomorfológico Litoral, com características de planícies litorâneas do período Quaternário da Era Cenozoica. A grande sedimentação ocorrida no Terciário Superior constituiu o Grupo Barreiras, depositados nas partes mais baixas do relevo, recobrindo o relevo existente na época.

O Grupo Barreiras, desgastado pela influência marinha (dinâmica de ondas e marés), foi sendo modelado e assoreado em suas áreas mais baixas. Por isso, hoje, a área de estudo possui um feição típica de ambientes de acumulação e de erosão marinha e fluviomarinha, representada pela Planície Litorânea.

Observando o local, conforme **Imagem 1**, quando a área não era ocupada, percebe-se tais ambientes de acumulação marinha e fluviomarinha, originárias da transgressão marinha ocorrida no Período Quaternário, através de “arcos”, que marcam onde era a linha do litoral.

Os grupos de solos predominantes são: os latossolos vermelho amarelo distrófico, os gley húmicos e as areais quartzosas marinhas, de acordo com o mapeamento feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2011). As características do grupo de solos presentes na região apontam para a possibilidade de ocorrência de alagamentos, uma vez que o solo gley húmico é característico de áreas de brejos. Portanto, nos interrogamos sobre como foi possível aprovar, antes da lei 6.766/79, que dispunha sobre as condicionantes do parcelamento do solo, uma série de loteamentos em um local de possível ocorrência de brejos?

Imagen 1. Cordões Litorâneos



Fonte: USAF, 1970

Devido à presença de extensos areais, a região tem como principal atividade econômica, a extração de areia para a construção civil. Nas áreas limítrofes, entre o urbano e o rural, é possível observar grande quantidade de atividade extrativista de areia por parte de empresas, autorizadas pelo IEMA (Instituto de Meio Ambiente do Espírito Santo) e pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Apesar da existência da licença, existem contrastes. Muitos carroceiros realizam a mesma atividade individualmente nas beiras de estradas, de maneira rudimentar e não legal. Segundo a prefeitura, esses carroceiros, que vivem da extração de areia, “depredam” o meio ambiente, pois não adotam as técnicas adequadas para a extração e as fazem em locais impróprios. Porém, observando como as empresas autorizadas trabalham e trabalharam, é possível observar que estas tiveram um papel de degradação de destruição do solo local muito maior do que aquele trabalho praticado pelos carroceiros. Portanto, coloca-se em discussão aqui, quem verdadeiramente foi o responsável pela degradação de maior parte da área, as grandes empresas extrativistas ou o trabalho manual e microlocal dos carroceiros?

A superexploração do mineral levou-o a escassez em diversas áreas, ocasionando em um problema socioambiental grave. De um lado, encontram-se as empresas garimpeiras, dotadas de licenças, equipamentos e terras para a extração e, de outro, os carroceiros, com precários métodos de trabalho, sendo esta atividade a única alternativa para sustentar suas famílias e, por vezes, munidos de facões, que utilizam, em algumas situações contra aqueles que possivelmente pudessem comprometer o trabalho que é realizado para tirar o seu sustento. O temor de ter seu trabalho interrompido ou mesmo proibido, leva alguns carroceiros a utilizar esse tipo de arma branca, conforme foi passado por um ex-vereador de Vila Velha, em entrevista. As alternativas de sobrevivência para as pessoas que residem na GTV são muito escassas. Esse trabalho, mesmo que “illegal” acaba sendo uma das poucas alternativas.

Foto 1. Bairro: Morada da Barra



Fonte: Fernando Sartório/2011

Na **fotografia 1**, é possível verificar a existência de animais (à esquerda) e da carroça (à direita), presenças marcantes em todas as regiões do bairro. As carroças e as mulas, juntamente com a extração de areia, são fonte de renda para considerável parte da população local.

A ocupação da região, marcada pela presença de solos impróprios para ocupação humana também é fator preocupante. Segundo Zanotelli (2005, pág. 10)

Certas áreas se encontram abaixo do nível do mar e muitos problemas de queda e rachaduras de casas acontecem em diversos bairros por causa das características do solo compostos de tufa e “batinga” sobre os quais é feito um aterro precário para construção das residências. Em outros lugares onde o solo é arenoso e onde muitos buracos foram feitos para explorar areia, se realizou em seguida um aterro também de maneira precária para a construção de moradias.

Nesta perspectiva, questiona-se como foi possível a liberação de loteamentos/assentamentos por parte do poder público em uma área tão frágil no que concerne aos aspectos físico-ambientais. Um grande jogo de interesses esteve envolvido nesse caso, não levando em consideração as variáveis humanas de condições de habitabilidade. O que persiste na região é o jogo clientelista do governo do Estado e da prefeitura para com a população local, como veremos mais a frente neste trabalho.

Foto 2. Área “regular” de extração de areia



Fonte: Fernando Sartório/2011

2.3.2. Vegetação e Hidrografia

Desde a década de 1970, conforme imagens aéreas analisadas, a presença de vegetação na área é de pastagens, restinga, Mata Atlântica e brejos. A vegetação natural foi retirada em quase sua totalidade, restando apenas pastagens, macegas e áreas alagadas.

Há na região a presença de áreas lacustres, com canais e córregos que ocorrem graças à própria formação geomorfológica. Em áreas de relevo mais baixo, é possível observar o afloramento do lençol freático, principalmente em períodos de elevada precipitação, o que ocasiona alagamentos constantes e duradouros, tendo em vista a falta de escoamento e o aterrramento de córregos.

Foto 3. Alagamento em João Goulart



Fonte: Fernando Sartório/2011

Ainda assim, diante da precária infraestrutura, obras de asfaltamento são constantes nos bairros. Os próprios moradores questionam este tipo de obra, quando afirmam:

Aqui na nossa região com esses asfaltos que estão saindo, vai ser a mesma coisa. A saída da água daqui é lá no viaduto do bairro 23 de Maio. Naquele viaduto só tem uma passagem de água, uma manilha de 1000, com os asfaltos que estão fazendo aqui a situação vai piorar (fala de morador de Morada da Barra/2011).

Ou seja, a perspectiva é de agravamento da situação de escoamento de água nos bairros, que hoje já é precária. O que se observa é uma política “clientelista” por parte do governo municipal, que reconhece os problemas de drenagem do município, um dos mais críticos do estado e, mesmo assim, corrobora práticas de impermeabilização de solo em áreas consideradas críticas.

Foto 4. “Valão” entre os bairros de Residencial Jabaeté e Normília da Cunha



Fonte: Fernando Sartório/2011.

O córrego retratado na imagem acima é um dos exemplos das dezenas que cortam toda a GTV. A presença de lixo e falta de vegetação ciliar, além da inexistência de dragagem, são evidentes. Esses córregos são responsáveis pela drenagem de esgotos e águas pluviais dos milhares de habitantes do local. Para se ter noção da atual situação de drenagem de alguns bairros, um único canal, chamado pelos moradores de Córrego da Mara é responsável por toda a drenagem da região dos bairros de Barramares, João Goulart, Terra Vermelha e Ulisses Guimarães. Esse córrego deságua no Córrego do Congo, rente à Rodovia do Sol que, por fim, deságua no Rio Jucú (ZANOTELLI, 2005).

Tendo em vista suas características de acumulação flúviomarinha, a área da GTV apresenta algumas formações lacustres, sendo que a maior e a mais importante, é a Lagoa Jabaeté. Situada em uma região de planície, na

divisa com bairro de Morada da Barra (**imagem 2**), a lagoa enfrenta problemas de poluição hídrica, por conta da existência de criadouros de animais (suínos e bovinos) em seu entorno, que despejam dejetos na mesma. Os criadores de animais na região trabalham de forma bastante rudimentar e suas criações são pequenas. Não existem grandes abatedouros ou frigoríficos na área. Mesmo sabendo da existência desse problema, falta, por parte da prefeitura, instruir esses produtores e incentivar práticas não poluentes à lagoa Jabaeté.

Foto 5. Lagoa Jabaeté



Fonte: Fernando Sartório/2011

Ainda assim, a lagoa é utilizada para a pesca e recreação dos moradores dos bairros adjacentes, bem como para a prática de batismos de pessoas que aderem a algumas igrejas evangélicas pentecostais existentes nos bairros da região.

Imagen 2. Lagoa Jabaeté



Fonte: Geobases/2008. Limites: IJSN/2008. Elaboração: Fernando Sartório/2012

2.4. As infraestruturas e os usos do solo

As infraestruturas dos bairros do aglomerado da GTV são bastante precárias. A maioria das ruas não é pavimentada, sendo pavimentadas, apenas as principais vias, responsáveis por concentrar todo o comércio da região. Em geral, cada bairro possui uma avenida principal asfaltada, com algum comércio, com exceção do bairro Residencial Jabaeté, que possui parca ou nenhuma infraestrutura comercial.

Foto 6. Avenida comercial no bairro Terra Vermelha



Fonte: Fernando Sartório/2011

A concentração de serviços ocorre no bairro Terra Vermelha. Esse é considerado a área central, onde existe uma agência do BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo) e também está sendo construída uma agência da Caixa Econômica Federal. Esse bairro sedia supermercados, lojas de móveis, materiais de construção, roupas, igrejas e um posto de gasolina. É bastante comum o deslocamento de moradores de outros bairros para Terra Vermelha a fim de usufruir dos serviços ali prestados.

Tabela 2. Equipamentos Públicos 2011

Bairro	Unid. Educ. Infantil	Unid. Ens. Fundamental	Unid. Ens. Médio	Praças	Unidades de Saúde	Equipamento Esportivo	CRAS
Barramares	1	-	-	-	1**	1	-
Cidade da Barra	-	1	-	1	-	-	-
João Goulart	-	-	-	-	-	-	-
Morada da Barra	-	1	-	-	-	1	1
Normília da Cunha	-	-	-	-	-	1	-
Resid. Jabaeté	1	1	1	-	-	-	-
Riviera da Barra	-	-	-	-	-	-	-
São Conrado	-	1	-	-	-	1	-
Terra Vermelha	-	1*	1*	3	1	-	-
Ulisses Guimarães	1	3	-	-	1	1	-
23 de Maio	-	-	-	-	-	-	1
Total	3	8	2	4	2	5	2

Fonte: IJSN-ES/2011

* UEFM (Unidade de Ensino Fundamental e Médio)

** Recém-inaugurada pela PMVV

Conforme é possível observar no **mapa 2**, sobre os equipamentos públicos nos bairros da GTV, observa-se que para atender aos mais de 43.000 habitantes, existem apenas dois postos de saúde. Um (01) no bairro de Terra Vermelha e outro no bairro de Ulisses Guimarães. Informações mais atuais da prefeitura afirmam que foi construído mais um posto de saúde no bairro de Barramares, como veremos.

Quatro praças atendem aos moradores de todos os bairros, sendo que três delas estão concentradas no bairro de Terra Vermelha. A precariedade de equipamentos de lazer evidenciou durante o campo realizado, que as crianças, sem alternativas, brincam nas ruas barrentas, em meio ao lençol freático exposto, misturado às águas das fossas que transbordaram, indicando riscos de contaminação e doenças. Segundo moradores entrevistados, as doenças de pele e respiratórias são as mais comuns adquiridas pelas crianças.

Uma das maiores demandas é a de escolas. A população infantil e até mesmo a adulta, não alfabetizadas, é grande na GTV. Segundo lideranças comunitárias, é necessário construir mais escolas de ensino médio e oferecer mais aulas no período noturno para aqueles que trabalham durante o dia terem a oportunidade de estudar. Para levar os filhos à creche, algumas famílias precisam se deslocar para outros bairros, como é o caso dos moradores do bairro João Goulart, que não possuem nenhuma instituição pública de ensino. O bairro Residencial Jabaeté, entre os três bairros de estudo específico desta pesquisa, é o que mais possui infraestrutura pública voltada para a educação, tendo em vista a quantidade de terrenos públicos vagos que foram destinados à implantação desse tipo de equipamento.

Diante disto, percebe-se certa precariedade de equipamentos públicos nos bairros. Apesar da construção destes por parte do governo do Estado e da prefeitura, nos últimos anos, ainda há muito que se fazer para suprir a demanda dos moradores, além de que, o contingente populacional cresce ano a ano na região, pressionando e aumentando os déficits de equipamentos públicos.

Muitas são as obras em andamento na GTV, principalmente aquelas voltadas à infraestrutura e aos equipamentos públicos. Para atender uma das maiores demandas, que é a saúde, a prefeitura municipal faz investimentos em Unidades de Saúde da Família no bairro Barramares, onde os moradores dos bairros têm acesso a serviços odontológicos, exames preventivos e atendimento médico mediante consulta marcada. Nesse mesmo bairro, também está sendo construído um campo de futebol. No bairro de Riviera da Barra está sendo construída uma Unidade de Pronto Atendimento para atender aos casos de urgência e emergência.

Segundo Lira e Lepaus (2004)⁸, no ano de 2004, alguns bairros sequer possuíam linhas de ônibus, como é o caso do bairro Cidade da Barra,

⁸ Trabalho da disciplina Metodologia de Pesquisa Geográfica do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do professor Dr. Claudio Luiz Zanotelli, 2004.

Barramares, Normília da Cunha, Residencial Jabaeté. Os autores ainda fazem uma discussão sobre a existência de um lixão no bairro João Goulart que havia acabado de ser desativado. A desativação do lixão trouxe algumas consequências sociais para os moradores da região, além de ter sido motivo de revoltas populares. Segundo os autores, muitos moradores tinham sua subsistência garantida com os materiais e alimentos retirados do lixão.

Os estudos realizados no ano de 2004 evidenciavam a existência de comércio e de sistemas de transporte apenas em ruas pavimentadas, que na época eram bastante escassas. Observa-se que houve grande mudança no que diz respeito à circulação de transporte, à mobilidade de trabalhadores e a existência de comércio nos bairros. João Goulart, por exemplo, passou a ser atendido por mais uma linha de transporte coletivo (Sistema Transcol). Apesar disso, a linha de ônibus passa na única avenida pavimentada (Avenida Brasil), na qual os comércios e serviços se concentram. Os problemas relacionados à falta de equipamentos de saúde são os mesmos de 8 anos atrás. João Goulart, Morada da Barra e Residencial Jabaeté, por exemplo, não possuem postos de saúde.

As obras de drenagem e pavimentação são, sem dúvidas, as que mais ocorrem e transformam os bairros na atualidade. A abertura de frentes de trabalho na pavimentação e drenagem das ruas é constante em todos os bairros da GTV, principalmente no bairro Residencial Jabaeté, com recursos do Governo Federal.

3. FORMAÇÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA 1970 - 2011

O crescimento do tecido urbano do município de Vila Velha em direção à Grande Terra Vermelha é consequência de uma série de fatores, que se tornam mais evidentes a partir da década de 1990.

Antes disso, nos anos 1960, o “esgotamento da economia cafeeira”⁹ no interior do estado, relacionado ao uso da mão de obra familiar e de produção em pequenas propriedades, principalmente, deslanchou considerável fluxo migratório para os municípios da Grande Vitória, iniciando, a partir de então, núcleos urbanos produzidos por loteamentos privados (legais e ilegais), loteamentos públicos (governo estadual e municipal), além de assentamentos promovidos por movimentos sociais ou mesmo aqueles que surgiram de maneira espontânea no modelo de ocupações.

Nas décadas de 1970 e 1980, inicia-se a ampliação do sistema viário do município de Vila Velha, com a finalização da construção da Avenida Carlos Lindemberg, Rodovia do Sol/Guarapari (ES-060) e Darly Santos (ES-471), além do início da construção da Terceira Ponte (Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça). Ressalta-se aqui, a importância da construção dessas rodovias e da ponte para a valorização do solo da área em questão. As facilidades de acesso atraíram, portanto, imobiliárias que viam na região uma oportunidade para venda de lotes “próximos à praia”, como era feita a propaganda na época.

Ainda, no ano de 1971, surgiu um importante projeto intitulado “Pólo Urbo-agro-industrial” e, posteriormente “Cidade do Sol”, lançado pela EMCATUR (Empresa Capixaba de Turismo), concebido sob influência da arquitetura de Brasília, seguindo os preceitos de Le Corbusier, Niemeyer e

⁹ Daré (2010) afirma que a ideia de “crise” do café, foi, dentre outras coisas, uma estratégia de ideologia desenvolvimentista nacional, a fim de fomentar a industrialização no ES, tendo como justificativa o fato de que a economia de base agrária familiar era a responsável pelo “atraso” do Estado, localizado na periferia do desenvolvimento nacional. Portanto, os cafezais foram “erradicados”, provocando uma crise econômica de dimensões graves no campo, que aumentou o fluxo de imigrantes para a Região Metropolitana da Grande Vitória.

Lúcio Costa. Esse projeto foi feito para abrigar cerca de 170.000 pessoas e um assentamento turístico que seria o primeiro polo turístico de massa do país. Frise-se que esse projeto foi de tamanha importância, que atraiu a atenção de investidores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no entanto, o projeto não teve sequência e acabou abandonado (MINCHIO, 2009).

A produção de infraestruturas viárias nas décadas de 1960, 1970 e 1980, segundo depoimentos de antigos moradores do município, cortou terras de famílias importantes, ex-prefeitos, ex-governadores e vice-governadores. Tal fato pressupõe a tendência de se valorizar terras de indivíduos politicamente importantes para os governantes da época.

Os loteamentos dessas áreas, então valorizadas pela nova rede viária construída, atraiu, além de imobiliárias, loteadores ilegais que tiveram papel importante na criação de assentamentos clandestinos e irregulares em terras privadas. Em entrevistas, verificou-se que lideranças dos próprios movimentos sociais da época, em acordo com políticos (vereadores, prefeitos e governadores), faziam a venda e a doação de lotes à população de baixa renda. Mais uma vez, destaca-se aqui, a intrínseca relação entre as práticas eleitoreiras e corruptas com a construção do espaço em áreas periféricas pobres.

Antes da implantação dessas infraestruturas, desde a década de 1950 é possível verificar a presença de loteamentos aprovados pela prefeitura na região da GTV e em seu entorno. Apesar da aprovação desses loteamentos, nenhum teve suas ruas traçadas ou foi habitado até o final da década de 1980. Isso demonstra que não houve interesse por parte dos compradores em construir na região. O processo de crescimento da mancha urbana nessa área se efetiva somente quando o governo estadual desapropria um loteamento¹⁰, onde hoje se localiza o bairro Terra Vermelha, no final da década de 1980. Tornando-se pública, essa área criou a expectativa da chegada de novas infraestruturas e de melhorias na rede viária. O loteamento dessas áreas, então

¹⁰ Loteamento Brunella II (ver **Mapa 2**).

valorizadas pela aquisição dessas terras pelo governo estadual, atraiu, portanto, imobiliárias, que viram na região uma possibilidade de criar novos loteamentos, bem como iniciar a abertura de ruas nos loteamentos já aprovados pela prefeitura desde a década de 1950.

Conforme é possível observar no **mapa 2**, na década de 1950, foram lançados 4 loteamentos no aglomerado da GTV e, em 1960, 2 loteamentos. Na década de 1970 houve o ápice do surgimento de loteamentos, com um total de 11. Entre os grandes proprietários, pode-se citar, as famílias Reinders e Teixeira, que dispunham de grande parte das terras, como por exemplo, o Loteamento Estrela¹¹, criado na década de 1970. Houve uma mistura de loteamentos, variando entre aqueles feitos pelos próprios proprietários e aqueles feitos por imobiliárias, como é o caso da “Imobiliária Patrimônio”, já extinta, que adquiriu terras do ex-prefeito de Vila Velha (Américo Bernardes da Silveira)¹² e implantou o Loteamento Morada da Barra e Morada da Barra B, conforme é possível observar no **mapa 2**.

Segundo técnicos da prefeitura, grande parte dos loteamentos criados na Grande Terra Vermelha, encontra-se com entraves jurídicos, como é o caso do Loteamento Morada da Barra. Ao que parece, a imobiliária que realizou esse loteamento, invadiu terras de outros proprietários do entorno, vendendo lotes em áreas que não eram de sua propriedade, tornando a situação jurídica da área para alguns moradores, instável.

¹¹ Conforme escritura do loteamento em questão, cedida pela Prefeitura de Vila Velha ao pesquisador.

¹² Informação baseada no relato de líderes comunitários e moradores mais antigos do bairro Morada da Barra.

MAPA 2. LOTEAMENTOS GTV APROVADOS, MAS NÃO OCUPADOS 1950 -1970



Pode-se afirmar que o Estado teve um importante papel na construção do espaço urbano da área. Com as infraestruturas construídas e a promoção de um loteamento e o estímulo a ocupação da área por responsáveis da administração pública, houve valorização das terras do entorno, gerando especulação imobiliária em terrenos antes pouco valorizados que, mesmo com loteamentos aprovados na prefeitura, não possuíam qualquer traçado de rua marcado ou qualquer infraestrutura.

O loteamento¹³ adquirido pelo governo estadual no final da década de 1980 teve como objetivo a construção de habitação de interesse social. Como consequência, houve a atração de importante contingente de moradores da própria região metropolitana para o mesmo, em busca de lotes e de casas, além da oferta do governo, sendo assim, observa-se que, o que se efetivou foram práticas de autoconstrução e mutirões, predominantemente, em consonância com as políticas públicas. Os bairros ao redor surgiram desordenadamente, no formato de assentamentos com a total ausência de políticas públicas de ocupação ordenada, com exceção do bairro Residencial Jabaeté, por exemplo, que, como afirmam as próprias lideranças dos movimentos sociais, foi protegido contra “invasores”, através do uso de facões e pedaços de pau, o que pressupõe tensionamentos entre as lideranças dos movimentos sociais e os “invasores”.

Fato que corrobora a falta de ordenamento nas ocupações dos loteamentos é a comparação entre as plantas oficiais dos loteamentos aprovados pela prefeitura, com as imagens atuais de satélite que evidenciam uma característica de ocupação discrepante daquela preconizada nos loteamentos aprovados pela prefeitura municipal, que antes de 1979 (6.766/79) não exigia muitas condicionantes para lotear.

A explosão de loteamentos ocorrida na década de 1970, conforme é possível observar no **mapa 4** de 1978 da unidade territorial, ocorreu por conta da Lei 6.766/79, que entraria em vigor no final da década de 1970, prevendo

¹³ Loteamento Brunella II que posteriormente tornou-se o bairro Terra Vermelha.

uma série de condicionantes àqueles proprietários que tornassem suas terras loteamentos urbanos. Portanto, lotear, urbanizar e registrar na prefeitura os lotes da área passou a ser o objetivo desses proprietários, antes que a lei de 1979 entrasse em vigor. Mais a frente serão abordadas as condicionantes desta lei.

Apesar das imobiliárias locais terem feito os loteamentos e a venda dos lotes para pessoas de locais longínquos, não havia por parte da população, o interesse em morar nessas áreas, consideradas muito distantes dos centros urbanos. A população se deslocou para a essa área apenas no final da década de 1980, através de projetos de habitação de interesse social do governo Estadual, no bairro Terra Vermelha.

Com o surgimento do bairro Terra Vermelha na administração estadual do ex-governador Max Mauro (mandato 1987-1991), houve certa valorização das terras do entorno, pois prometia a ida de infraestruturas públicas para a área, como água, energia, esgotamento sanitário, etc.

Os **mapas 3, 4, 5, 6 e 7** mostram a evolução do uso e ocupação do solo na GTV. Na década de 1970 (**mapa 3**), observa-se a ausência de qualquer tipo de ocupação na área. Os cordões litorâneos são visíveis, e algumas vias de estrada de chão também. A Rodovia do Sol (ES-060) ainda não havia sido construída, apesar de ter seu traçado representado no mapa. É possível observar, que em alguns loteamentos da GTV, houve a construção de algumas vias, como é o caso do Loteamento Mangal. Verifica-se o mesmo em uma pequena parcela do Loteamento Maria Ortiz (comparar **mapas 3 e 4** e verificar a área de ruas traçadas). Ainda no **mapa 3**, nota-se a presença de áreas alagadas no terreno (áreas mais escuras entre os cordões litorâneos), além do predomínio de areais por toda a extensão da GTV.

No **mapa 4**, do ano de 1978, observa-se a intensificação do traçado de ruas em quase todos os loteamentos da GTV. Onde se localiza hoje o bairro Morada da Barra (Loteamento Morada do Lago, Loteamento Morada da Barra e Loteamento Morada da Barra B), verifica-se quase a totalidade de divisão das

quadras, com o traçado das ruas já realizado. Os bairros de João Goulart e Residencial Jabaeté, objetos de estudo aprofundados desta pesquisa, ainda não haviam sido criados. Parte de João Goulart pertencia ao Loteamento Estrela (ver **mapa 2**) e sua outra parte, junto com as áreas Residencial Jabaeté (na época conhecida como “Boca do Mato”), eram terras privadas de outros proprietários que não haviam parcelado suas glebas, sendo ainda consideradas áreas rurais. No ano de 1978, o traçado da Rodovia do Sol já estava concluído, o que acredita ter influenciado no acréscimo de vias abertas nos loteamentos. Porém, mesmo com a chegada dessa importante via, até o final da década de 1980 a área não havia mudado no que concerne à ocupação.

O **mapa 5**, do ano de 1998, revela uma intensificação na ocupação da GTV, que iniciou-se no princípio da década de 1990, após as primeiras habitações de interesse social serem entregues pelo governo estadual, no bairro Terra Vermelha, antigo Loteamento Brunella II. A década de 1990 foi, portanto, marcada pela intensificação da ocupação da área

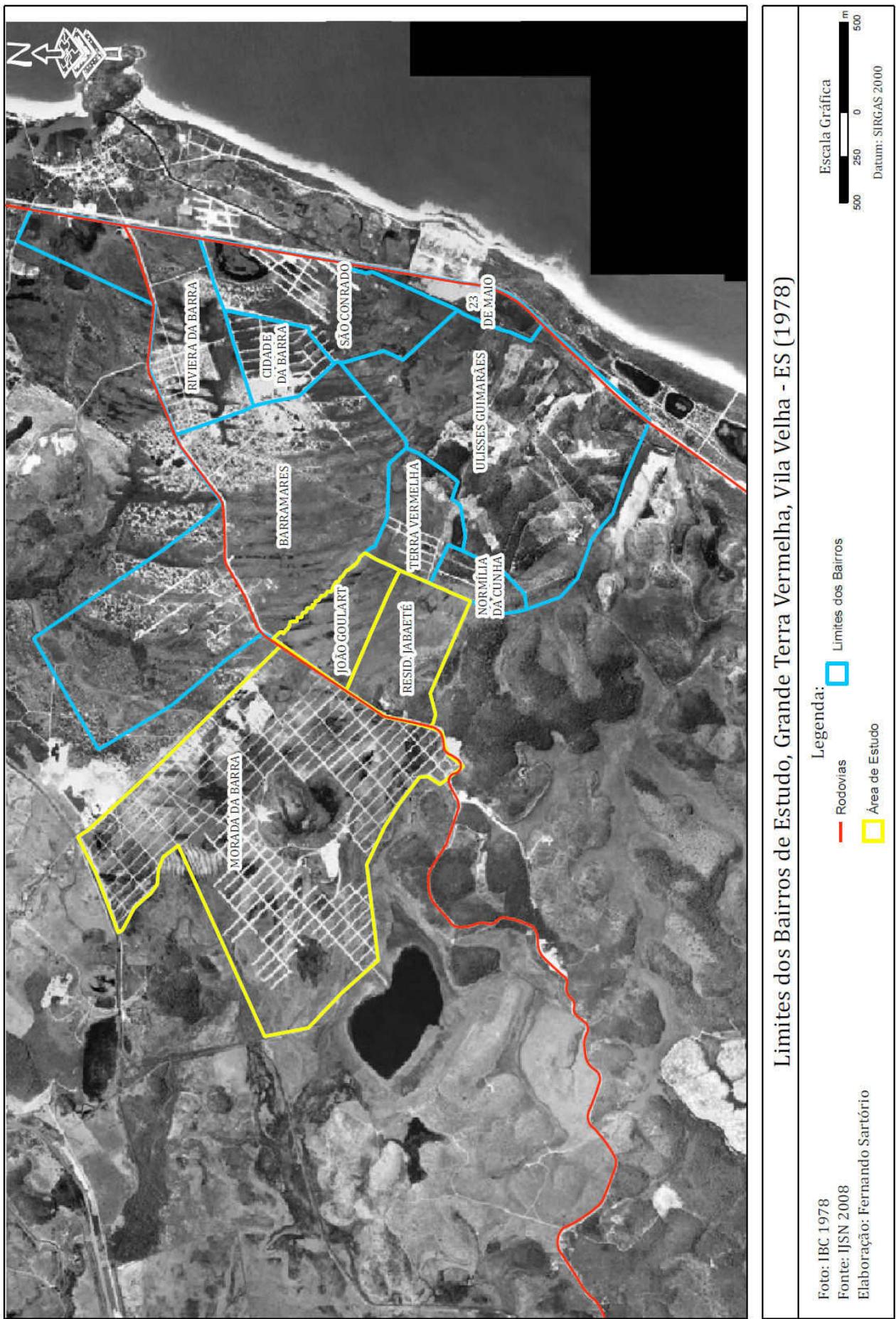
Os **mapas 6 e 7** (2005 e 2011), revelam a intensificação do processo de ocupação dos bairros da GTV. O que mais chama a atenção é o surgimento de áreas alagadas no norte do bairro Barramares (Loteamento Mangal e Loteamento Matheus Gomes Matos). Essas áreas, segundo moradores entrevistados nesta pesquisa, sofreram com a superexploração de areia, por parte de grande empreiteiras do ramo da indústria imobiliária da Grande Vitória. Sendo assim, essas áreas dos loteamentos hoje são inutilizáveis, pois formaram verdadeiros lagos. A propensão ao alagamento dessa área já era notável na década de 1970, pois é possível observar a existência de áreas alagadas entre os cordões litorâneos (ver **mapa 3**). Com a retirada de areia e do solo, houve a drenagem da água de áreas adjacentes, formando extensos alagados.

MAPA 3. OCUPAÇÃO GTV - 1970



Escala Gráfica	
500	250 0 500
m Datum: SIRGAS 2000	

MAPA 4. OCUPAÇÃO GTV - 1978



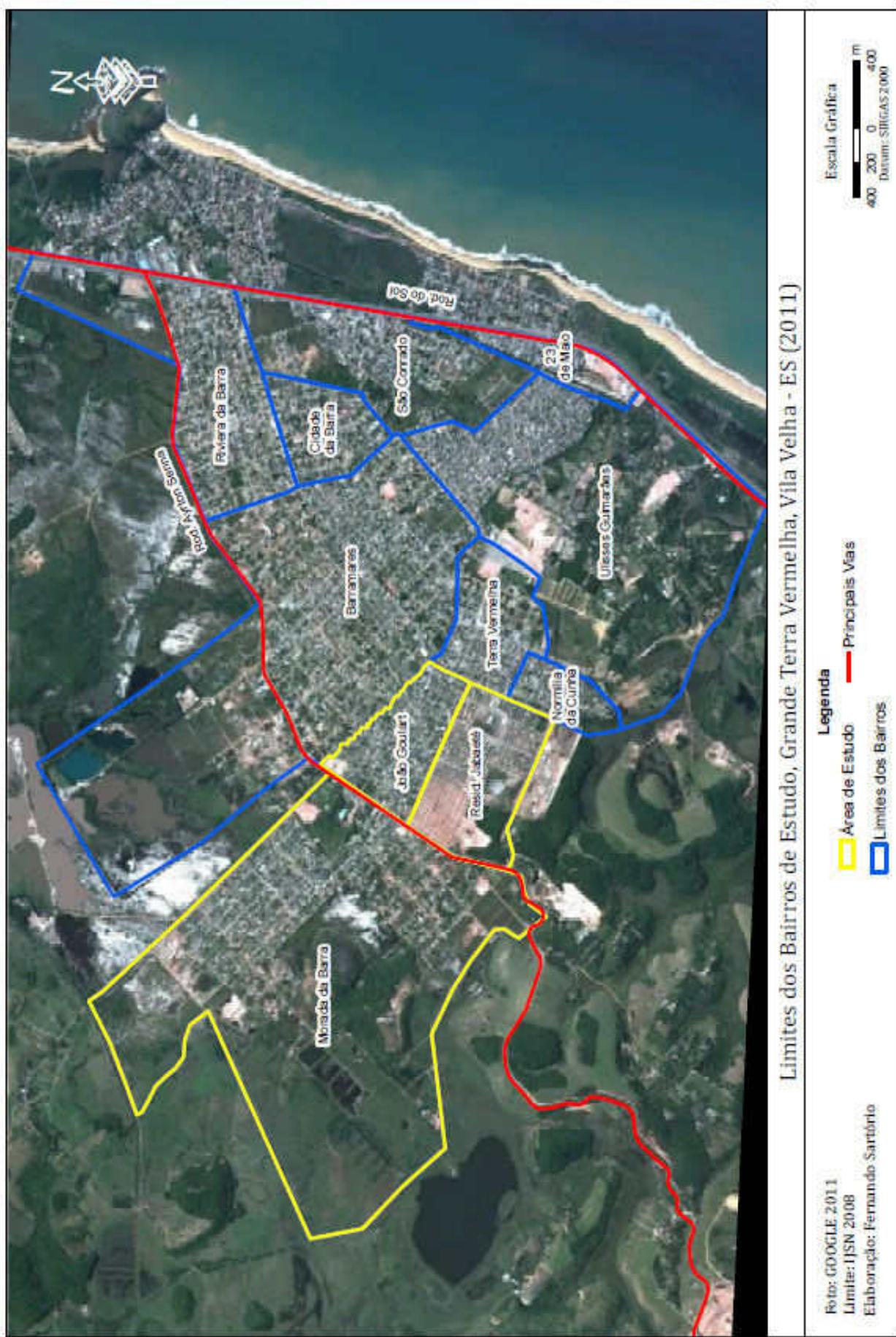
MAPA 5. OCUPAÇÃO GTV - 1998



MAPA 6. OCUPAÇÃO GTV - 2005



MAPA 7. OCUPAÇÃO GTV - 2011



Os movimentos sociais tiveram certa relevância na ocupação do aglomerado da GTV, seja promovendo a organização das famílias para o recebimento de habitação social, através dos sindicatos e das igrejas, seja assentando famílias ou mesmo promovendo, junto aos prefeitos e governadores de cada época, melhorias na infraestrutura dos bairros.

Isso a gente lutou sim, porque antes de acontecer a invasão, nós já tínhamos conseguido a energia. Era loteamento ainda. Na época o Vasco Alves era prefeito (1992-1996), nós não tínhamos ônibus, energia ou água. A água era poço, tirada com bomba manual. A gente fez uma reunião nas nossas casas com o Vasco Alves, ele nos prometeu e com 15 dias a energia já estava entrando aqui. Ele nos deu um apoio e tanto. Com os ônibus foi a mesma coisa. Com uma semana a gente já tinha ônibus subindo para o Xuri e depois de um mês já tinha ônibus dentro do loteamento, em 1994. Nós já lutávamos pelas melhorias no bairro. (Entrevistada 1 – Ex. Líder comunitária de Morada da Barra, 2011)

Verifica-se em entrevistas com alguns dos moradores mais antigos, que as famílias residentes nos bairros, se reuniam nas casas das principais lideranças, apesar de não existirem líderes comunitários. Segundo esses mesmos entrevistados, era necessário uma boa relação com os prefeitos, para que os objetivos da comunidade fossem alcançados. Conforme observamos acima, o ex-prefeito Vasco Alves (mandato entre 1992-1996) teve importante papel na produção de infraestrutura local.

Apesar de o fato acima citado ter ocorrido na década de 1990, a existência dos movimentos sociais que lutavam pela moradia, já surgiam na região da Grande Vitória desde as décadas de 1970/1980, promovendo ocupações em bairros, como Jaburuna (Vila Velha/ES), São Pedro (Vitória/ES) e Santa Rita (Vila Velha/ES). As lutas eram grandes e a falta de moradia para os novos trabalhadores, que migraram de outros estados e do interior do Espírito Santo, era uma das principais problemáticas enfrentadas pelos movimentos sociais na década de 1980.

A alternativa para a época era a ocupação de áreas de manguezais e de morros. As lideranças, que ainda resistem, reconhecem que esse não foi o melhor modelo de ocupação, mas era a única alternativa. Os terrenos, muito caros e já ocupados por famílias importantes, em áreas privilegiadas, impediam

que as famílias sem moradia, ocupassem áreas mais adequadas. Houve diversas tentativas por parte dos movimentos sociais, junto ao poder público, para adquirir novas terras na Grande Vitória, uma vez que a demanda por habitação só crescia na década de 1980. Segundo líderes de movimentos sociais, os governantes da época faziam “política” com as necessidades habitacionais, através da ocupação de novas glebas, o que evidencia certo clientelismo nas relações entre sociedade civil X governantes.

Os primeiros loteamentos de interesse social em Vila Velha se efetivaram no bairro de Dom João Batista, durante a administração municipal de Vasco Alves (mandato entre 1983-1986) e estadual de Gerson Camata (mandato entre 1983-1986), em antigo terreno da família Verezza conforme **mapa 8**. Essa conquista se deu através da união de esforços entre a Igreja e a prefeitura. Após a ocupação, a família Verezza, atendendo à solicitação da prefeitura, loteou e urbanizou a área em que as famílias estavam vivendo. O bairro Dom João Batista está localizado em área de manguezais, ou seja, imprópria para a construção de qualquer tipo de edificação. O que deveria ser uma área de preservação e não habitável, hoje se transformou num bairro densamente ocupado, que sofre consequências graves de enchentes em épocas de chuva, considerando estar à beira da foz da bacia do Aribiri (área repleta de “valões”), que deságua na baía de Vitória. Hoje, a prefeitura de Vila Velha promove programas de remoção de famílias do bairro, para outras áreas, como Grande Terra Vermelha, levando-se em conta que algumas áreas do bairro Dom João Batista hoje são consideradas de risco.

MAPA 8. LIMITES DO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA



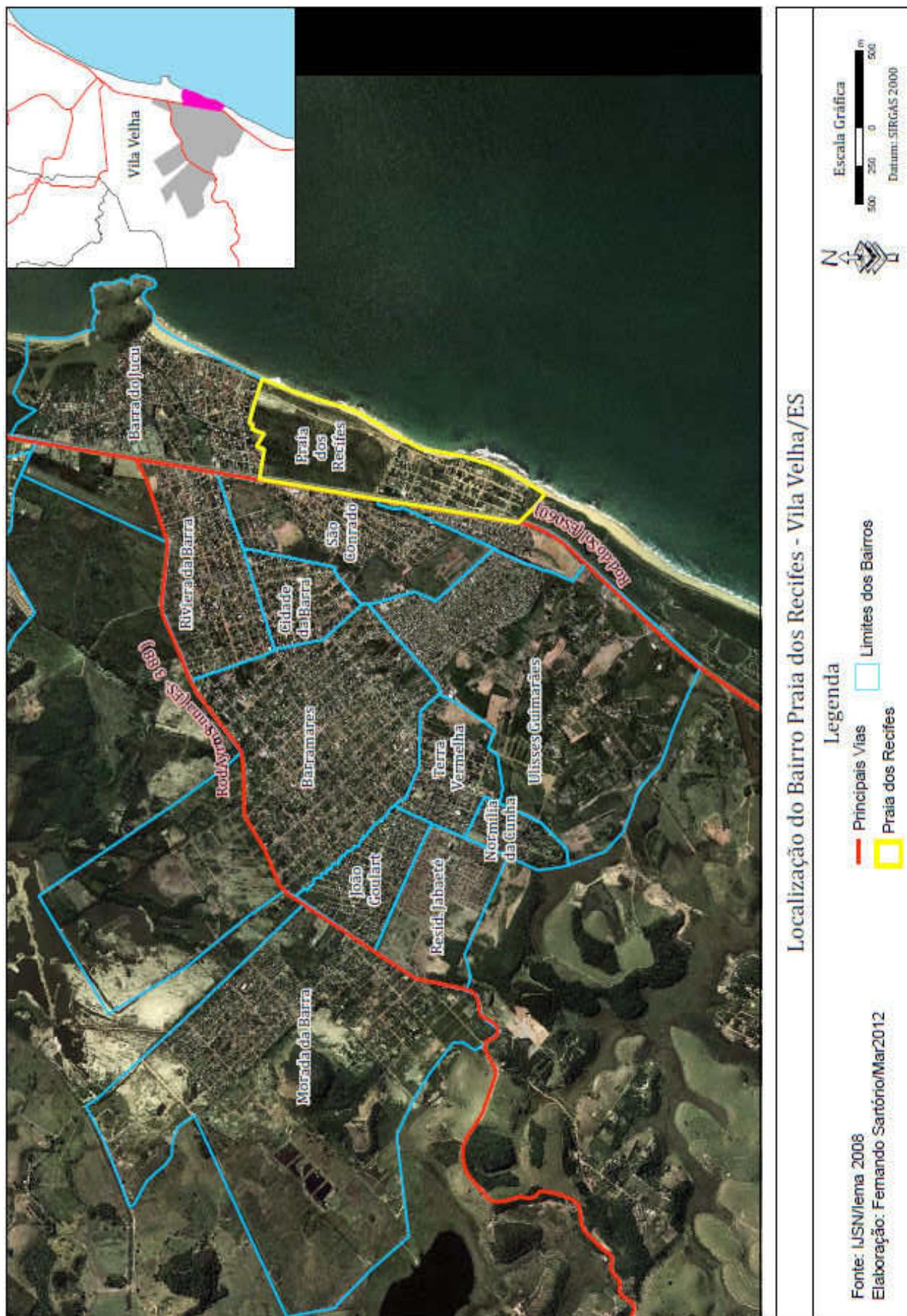
MAPA 9. LIMITES DO BAIRRO SANTA CLARA



O crescimento da mancha urbana de Vila Velha em direção ao sul do município evidenciou-se com mais intensidade, conforme já dito, após a construção da rede viária, que cortou terras de importantes famílias. Os movimentos sociais seguiram em direção a estas áreas, influenciados pelos governantes da época. Houve a tentativa de comprar terrenos às margens das novas rodovias (Darly Santos ES-471 e Rodovia do Sol ES-060). Acordos entre Movimentos Sociais, Prefeitura e Governo do Estado tornaram possível a compra de lotes da família Laranja próximo a Rodovia Darly Santos na administração estadual de Gerson Camata - PMDB (mandato entre 1983-1986) e administração municipal de Vasco Alves (mandato entre 1983-1986). Esse loteamento foi chamado de Santa Clara, conforme **mapa 9**. A criação do Loteamento Santa Clara foi consequência do esgotamento de terras no bairro Dom João Batista.

A chegada dos movimentos a área mais próxima à Terra Vermelha ocorre no final da década de 1980. A área escolhida para ocupação foi a Praia dos Recifes, conforme **mapa 10**. Porém, a ocupação não durou muito tempo, pois os terrenos pertenciam ao ex-governador José Morais (mandato entre 1986-1987). Na realidade, a ocupação das terras do ex-governador no ano de 1987 foi uma tentativa de pressionar o poder público em relação à necessidade de se construir mais habitações de interesse social. Praia dos Recifes está localizada à leste da Rodovia do Sol, próximo à GTV, às margens do oceano. Apesar do processo de ocupação daquela área não ter dado certo nesse ano, posteriormente, em meados de 1990, houve ocupação ilegal de alguns lotes depois da venda do terreno para uma imobiliária que o loteou.

MAPA 10. LIMITES DO BAIRRO PRAIA DOS RECIFES



Na mesma época, na administração estadual de Max Mauro (mandato entre 1987-1991), atendendo às reivindicações de diversos movimentos sociais, foi feito o loteamento do bairro Terra Vermelha, localizado em área desapropriada pelo governo estadual anterior. O objetivo era construir 575 residências no local para famílias que viviam em situação de risco. Em 1989 as primeiras casas ficaram prontas e foram entregues aos moradores. A seleção das famílias era feita por intermédio dos movimentos sociais. Reuniões eram feitas em igrejas e sindicatos, a fim de selecionar as famílias com maior necessidade de moradia, como as que tinham mulheres chefes de famílias, pessoas deficientes, famílias que pagavam aluguel, etc. Segundo técnicos da prefeitura de Vila Velha e lideranças comunitárias, a construção de parte das residências foi feita pelos próprios moradores, em regime de mutirão e com ajuda de trabalhadores da prefeitura. A segunda etapa das obras foi concluída em 1990, com a entrega de mais 235 casas e a terceira e última etapa em 1991.

Dentro da região da Grande Terra Vermelha, próximo ao bairro Terra Vermelha, foi adquirido por parte da prefeitura municipal, parte do loteamento do bairro Ulisses Guimarães, durante a administração municipal de Jorge Anders (mandato entre 1989-1992), sendo negociada uma área com 2.700 lotes¹⁴. Sem recursos, a prefeitura entregou os terrenos com pouquíssima infraestrutura, ocasião em que foi possível construir apenas os banheiros das casas, local onde as famílias moraram durante meses e anos até conseguir juntar dinheiro para conclusão de suas residências. Registre-se que, dos 2.700 lotes, 500 foram urbanizados¹⁵ com recursos do Governo Federal. As casas localizadas nesse loteamento ficaram conhecidas como “banheirinhos” ou “embriões”.

¹⁴ O tamanho dos lotes não foi disponibilizado pela prefeitura municipal de Vila Velha, considerando não deter tais informações.

¹⁵ Urbanizado refere-se às condições mínimas de arruamentos, divisão dos lotes e construção dos “embriões” (banheirinhos).

A partir da década de 1990 a região passa a ser intensamente ocupada. A venda clandestina de lotes torna-se onipresente com a consolidação dos bairros em meados da década de 1990. Através da venda de lotes, realizada pelos “caciques” locais ou mesmo por grileiros que apareciam de regiões longínquas, os bairros do aglomerado de Terra Vermelha, portanto, passam a ficar densamente ocupados.

Nessa perspectiva, percebe-se que a formação da GTV teve intrínseca relação com as forças de movimentos sociais atuantes na época até a atualidade. Por vezes, esses movimentos sociais tiveram líderes cooptados, que contribuíram grandemente para a ocupação no formato de “invasões” na região. Houve também, importante papel do poder público na ocupação das áreas, pois: [1] o poder público adquiriu terras para a construção de habitação de interesse social, atraindo a atenção do capital imobiliário; [2] o governo levou infraestrutura para a região, mesmo sabendo de suas características irregulares; [3] foram muitos os políticos corruptos que cooptaram lideranças de movimentos sociais com finalidades eleitoreiras ou mesmo com o objetivo de enfraquecer os movimentos; [4] a própria prefeitura aprovou dezenas de loteamentos sobre áreas passíveis de alagamentos ou mesmo áreas de brejos, areais e áreas que deveriam ser de preservação ambiental. Além disso, destaca-se aqui o papel do capital imobiliário e dos fazendeiros que, predatoriamente promoveram a ocupação e comercialização de lotes na região.

Sendo assim, chega-se a conclusão de que a construção do espaço urbano da GTV se efetivou de maneira bastante complexa, por uma imensa trama de relações e atores que, aos poucos ajudaram na formação de cada bairro. Sabe-se que os movimentos sociais são agentes importantes na reforma urbana, conforme preconiza Souza (2010), porém há grande risco quando estes são cooptados por políticos e, portanto, seduzidos pelas facilidades, cargos públicos ou mesmo troca de favores. Alguns autores como Maricato (2011) e Rolnik (2010), afirmam que a disposição de infraestrutura básica em loteamentos populares e em áreas de periferias pobres, está intimamente ligada a captura de votos pelos poderes político-eleitoreiros que

atuam sobre as cidades. Por isso, oferecer infraestrutura para essa população significa adquirir votos, reforçando o clientelismo que tanto afeta as áreas pobres das cidades.

BOX 1. SOBRE A LEGALIDADE E A ILEGALIDADE

O tecido urbano da Grande Terra Vermelha apresenta características muito semelhantes no que concerne às questões de legalidade de posse da terra. Os loteamentos que foram criados na área, de 1950 até o final da década de 1970 (17 no total, conforme **mapa 2**), tiveram projetos aprovados pela prefeitura municipal, porém, tornaram-se irregularidades pela falta de investimentos. Mas, poucos foram os moradores que adquiriram lotes das imobiliárias ou mesmo dos proprietários dos loteamentos aprovados. Não houve investimentos em infraestruturas para abrigar os possíveis futuros moradores desses loteamentos, caracterizados então, como abandonados. A situação de abandono dos lotes que se seguiu, considerando a falta de interesse dos compradores em edificar na área e mesmo a dificuldade de venda dos lotes, fez que com que frentes de ocupação começassem a eclodir nesses loteamentos. Essas ocupações, em muitos casos foram “espontâneas”, ou seja, pessoas oriundas de outros bairros da RMGV, de outros municípios do estado e de outros estados, ocuparam os lotes e ali se fixaram, construindo artesanalmente suas residências. Essa foi uma das alternativas de diversas famílias que não possuíam condições de adquirir lotes em outras áreas valorizadas da RMGV.

Por outro lado, existiram também, frentes de ocupação organizadas por movimentos sociais, durante as décadas de 1980 e 1990. Estes uniam certa quantidade de pessoas desabrigadas ou que moravam em áreas de risco e as assentavam nesses mesmos loteamentos desocupados, por muitos considerados abandonados, já que haviam sido criados há mais de 20 anos e a urbanização dos mesmos não se consolidara até então.

As brigas judiciais foram/são inúmeras nas terras que hoje compõem o tecido urbano da GTV. Em alguns casos, há relatos de técnicos da prefeitura, de que imobiliárias lotearam áreas de outros proprietários, ou seja, essas

imobiliárias invadiram terras de terceiros para aumentar a quantidade de lotes à venda. Ainda há aqueles que praticaram/praticam grilagem para ter a posse de terras ou mesmo lotes que não lhes pertencem. Muitos moradores contaram que, vez ou outra, aparecem indivíduos requerendo a posse de lotes e tentando expulsar famílias que ali vivem há mais de 10 anos, alegando que possuem os documentos de posse do terreno. Líderes comunitários afirmam que a situação de posse das terras ainda é algo perigoso de se comentar ou de se tentar resolver, tornando-se motivo de assassinatos nos bairros. Muitos moradores, amedrontados, fogem de suas moradias, deixando tudo para trás com medo desses indivíduos, que, em sua maioria, são grileiros.

Técnicos da prefeitura de Vila Velha afirmam que é constante a presença de indivíduos na Secretaria de Desenvolvimento Urbano requerendo a posse de lotes na GTV. Em geral, segundo esses técnicos, são pessoas que adquiriram os terrenos há 30 anos e que hoje tem interesse na área.

Portanto, hoje, a GTV apresenta uma série de questões e problemas referentes à regularização fundiária. Por ser uma área de assentamentos recém-construídos, efetivados principalmente a partir da década de 1990, o direito à regularização não é acessível a todos os cidadãos que ali habitam, pois a segurança jurídica da terra é incerta. Diversos lotes estão em meio a disputas judiciais e mesmo loteamentos inteiros correm risco de serem cancelados na justiça por apresentarem irregularidades.

As causas da ilegalidade-irregularidade são várias. No caso do aglomerado da GTV, houve negligência fiscalizatória por parte da administração pública, a partir do momento em que o próprio poder público estimulou a ocupação irregular da área e não impôs sanções aos infratores, além de ter atuado em mancomuno com os mesmos.

Segundo o Guia de Regularização Fundiária (GRF), elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2007), a implementação de loteamentos para fins urbanos está subordinada à Lei Federal nº 6.766/79 (alterada parcialmente pela Lei nº 9.785/99) e à Lei Estadual nº 7.943/04. Na perspectiva

dessas leis, cabe aos municípios legislarem e atuarem sobre o parcelamento do solo para fins urbanos.

Segundo o GRF/IJSN (2007), existem dois tipos de loteamentos: os **legais** e os **ilegais**. Os loteamentos legais possuem **projetos aprovados** pela prefeitura e registrados em cartório, além de possuírem sua **implementação integral** conforme o projeto aprovado.

Mesmo que muitos loteamentos legais estejam em condições de abandono, sem ocupação na maior parte dos lotes, sua condição continua como sendo legal. Além disso, a obrigação de prover a manutenção dos equipamentos urbanos e comunitários, bem como as áreas livres de uso público, é do poder público municipal.

Os loteamentos ilegais são aqueles que não estão em conformidade com a lei, ou seja, não tiveram projetos aprovados pela prefeitura, e/ou foram implementados sem as normativas previstas em lei, a fim de prover equipamentos públicos, além de áreas livres.

Segundo o GRF/IJSN (2007), existem dois tipos de loteamentos ilegais: **os clandestinos** e **os irregulares**.

Os loteamentos clandestinos estão absolutamente à margem da legislação vigente. São executados e vendidos sem a aprovação do projeto pela prefeitura municipal competente. Os loteamentos irregulares são aprovados pelas prefeituras e a execução ou registro no cartório imobiliário estão em situação irregular e/ou não seguiram o que está previsto em lei.

Foto 7. Construção de domingueira



Fonte: Fernando Sartório/2012

A situação da ilegalidade de terras nos bairros do aglomerado ainda corresponde a um desafio para a prefeitura. Todos os bairros, exceto Residencial Jabaeté foram loteados por proprietários de terras e por imobiliárias. Segundo informações da prefeitura municipal, esses loteamentos foram registrados na prefeitura, porém são considerados ilegais-irregulares por haver problemas na execução daquilo que estava previsto na implantação do projeto inicial. No caso dos bairros de estudo, neste trabalho, Morada da Barra teve seu projeto aprovado pela prefeitura (o bairro foi loteado por uma imobiliária, segundo entrevistas realizadas com moradores e técnicos da prefeitura), porém, é considerado ilegal-irregular, pois apresenta, também, problemas na execução do projeto inicial. Parte do loteamento foi cancelada pela prefeitura nos últimos anos, reduzindo sua área útil (mais à frente serão abordados os conflitos da área).

O bairro de João Goulart é considerado, em absoluto, ilegal-clandestino, tendo em vista que, parte dele pertence ao poder público municipal e outra parte a um proprietário particular, que teve seu terreno ocupado por lideranças de movimentos sociais, sem qualquer amparo jurídico em meados da década de 1990.

Se tomarmos como base o GRF/IJSN (2007), o bairro de Residencial Jabaeté é considerado legal, pois as características previstas no projeto inicial do bairro vêm sendo implementadas pelo poder público, além disto, apresenta execução e aprovação do projeto pelos órgãos competentes.

BOX 2. RELAÇÃO DE ACONTECIMENTOS E GOVERNANTES

Diversos foram os acontecimentos na GTV que envolveram o poder público, auxiliando na construção do espaço urbano da região. Em algumas situações houve alinhamento entre os governantes e os movimentos sociais, em outras, houve certa tensão. As **tabelas 4 e 5** ajudam a compreender o papel dos homens públicos nesse processo.

Tabela 3. Governadores do Estado e principais acontecimentos do mandato.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
MANDATO	GOVERNADOR	O QUE ACONTECEU
1971-1975	Artur Carlos Gerhardt Santos	- Sem informações.
1975-1979	Élcio Álvares	- Surgimento de diversos loteamentos privados na Grande Terra Vermelha.
1979-1983	Eurico Vieira de Resende	- 1º PDM de Vila Velha; - Entra em vigor a lei de parcelamento do solo 6.766/79.
1983-1986	Gérson Camata	- Movimento social negocia áreas de Dom João Batista e Santa Clara. Governo Estadual adquire as duas áreas.
1986-1987	José Morais	- Movimentos sociais assentam famílias do governador em Praia dos Recifes e são expulsos.
1987-1991	Max Freitas Mauro	- Iniciam-se as negociações de terras na Grande Terra Vermelha; - Entrega das primeiras casas no bairro Terra Vermelha.
1991-1995	Albuíno Cunha de Azeredo	- Conclusão das casas de Terra Vermelha; - Aquisição de terreno de Resid. Jabaeté.
1995-1999	Vitor Buaiz	- Dá entrada no projeto de habitação de interesse social em Jabaeté (92 unidades).
1999-2003	José Ignácio Ferreira	- Entrega das primeiras casas em Resid. Jabaeté (92 unidades).
2003-2007	Paulo César Hartung Gomes	- Inicia o projeto de construção de 400 casas em Resid. Jabaeté.
2007-2011	Paulo César Hartung Gomes (reeleito)	- Entrega de 180 unidades em Residencial Jabaeté
2011-atual	Renato Casagrande	- Entrega das 400 casas em Resid. Jabaeté (Minha Casa Minha Vida). Ocupação de 80 casas.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha e Instituto de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo, 2012. Elaboração: Fernando Sartório.

Tabela 4. Prefeitos de Vila Velha-ES e principais acontecimentos do mandato

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA-ES		
MANDATO	PREFEITO	O QUE ACONTECEU
1970-1973	Max Freitas Mauro	- Sem informações.
1973-1977	Sólon Borges Marques	- Surgimento de diversos loteamentos privados na Grande Terra Vermelha.
1977-1982	Américo Bernardes da Silveira	- 1º PDM de Vila Velha; - Entra em vigor a lei de parcelamento do solo 6.766/79.
1983-1986	Vasco Alves de Oliveira Junior	- Movimento social negocia áreas de Dom João Batista e Santa Clara e Governo Estadual adquire as duas áreas. A prefeitura não arca com parte do ônus da aquisição de Santa Clara.
1986	Aucélio Sampaio (faleceu)	- Movimentos sociais assentam famílias nas terras do governador em Praia dos Recifes e são expulsos.
1986	Carlos Malta de Carvalho	- Sem informações.
1988	Magno Pires (tampão) PT	- Unidades habitacionais começam a ser construídas em Terra Vermelha.
1989-1992	Jorge Alberto Anders	- Aquisição de 500 lotes em Ulisses Guimarães para a construção de casas embriões. Foram construídos apenas os banheiros das casas.
1992-1996	Vasco Alves de Oliveira Junior	- Invasão do terreno doado pela COHAB-ES à Prefeitura, em área do João Goulart. - Explosão de assentamentos na Grande Terra Vermelha.
1996-2000	Jorge Alberto Anders	- Cria leis que regulamentam e reconhecem a existência de bairros da Grande Terra Vermelha.
2000-2004	Max Mauro Filho	- Entrega de 106 unidades habitacionais em Residencial Jabaeté.
2005-2008	Max Mauro Filho	- Entrega de 180 unidades habitacionais em Residencial Jabaeté.
2009-atual	Neucimar Fraga	- Entrega de 400 unidades, aquisição de um terreno e construção de 1488 unidades hab. em Residencial Jabaeté.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha e Instituto de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo, 2012. Elaboração: Fernando Sartório.

4. ESTUDO DE CASO: JOÃO GOULART, MORADA DA BARRA E RESIDENCIAL JABAETÉ¹⁶

4.1. João Goulart

O bairro recebe o nome em homenagem ao ex-presidente do Brasil, João Goulart, presidente entre 1961 – 1964. O ex-presidente defendia a democratização da terra através da reforma agrária e da reforma urbana, criando decretos que previam a desapropriação de terras rurais não exploradas ou que eram exploradas de forma contrária à função social da propriedade. No que tange ao urbano, afirmava ser necessária a criação de habitações dignas a todas as famílias pobres. (RIBEIRO & PONTUAL, 2009).

Foto 8. Bairro João Goulart



Fonte: Fernando Sartório/2012

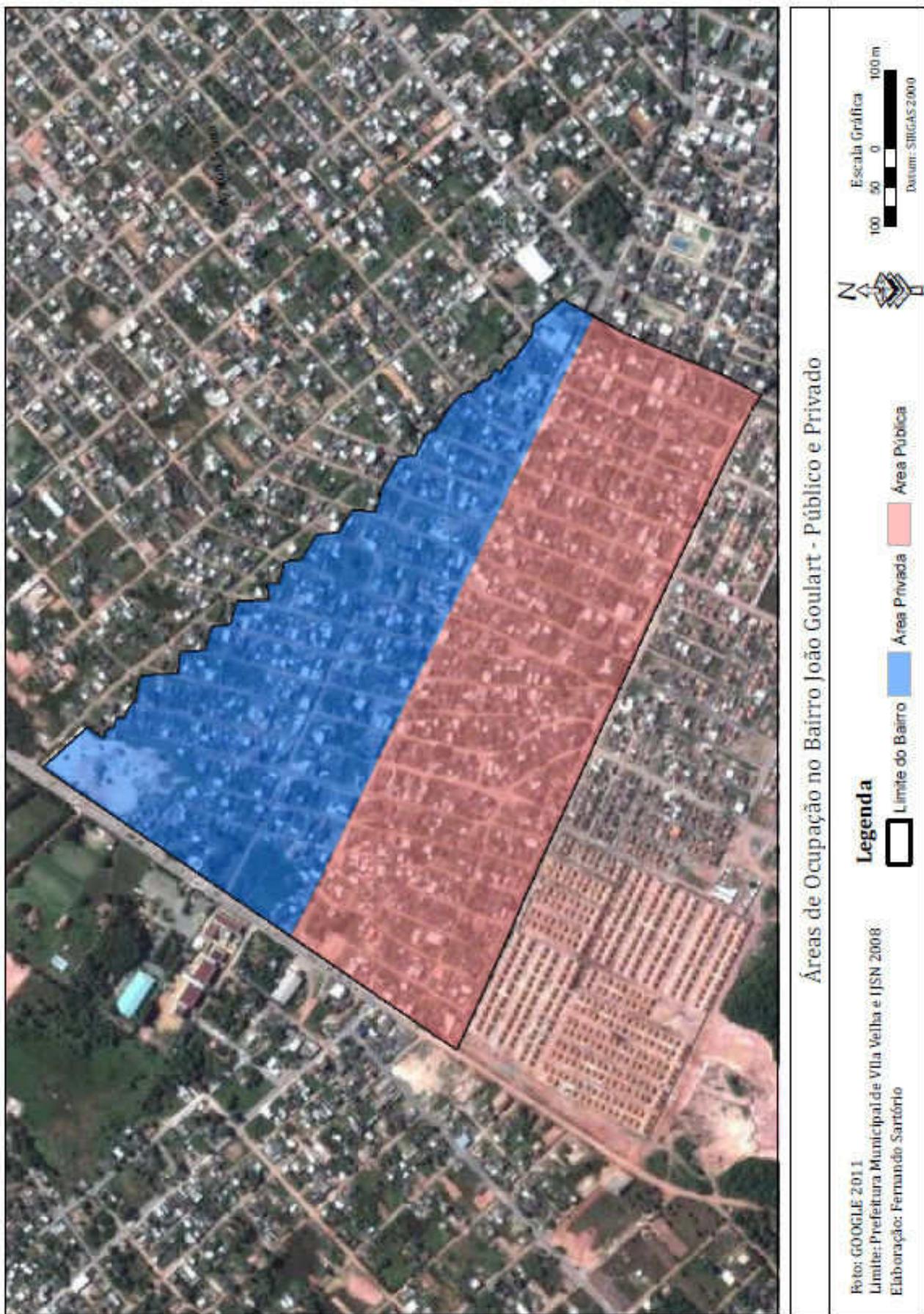
O bairro João Goulart, inicialmente chamado de Loteamento das Castanheiras¹⁷, foi inteiramente ocupado entre os anos de 1990 e 1992, por

¹⁶ As informações contidas neste subcapítulo e nos próximos são oriundas da história oral de lideranças e moradores dos bairros desta pesquisa e de técnicos da prefeitura de Vila Velha e do governo do Estado. Ademais, documentos oficiais entregues ao autor ajudaram a balizar a pesquisa.

¹⁷ Loteamento recebeu este nome pelos proprietários das terras que fizeram o loteamento aprovado pela prefeitura municipal na década de 1960 (MAGALHAES et al, 2004).

assentamentos promovidos por indivíduos que anteriormente à ocupação estavam ligados aos movimentos sociais atuantes na época. Houve, por parte desses indivíduos, **venda e doação** de lotes de características ilegais. A área que hoje compreende o bairro, na época que foi ocupada, pertencia a proprietários particulares que moravam em outros estados, especificamente Minas Gerais e Rio de Janeiro e à Prefeitura de Vila Velha, ou seja, compreende duas áreas, sendo uma pública e outra privada, conforme mostra o **mapa 11**.

MAPA 11. JOÃO GOULART: ÁREA PÚBLICA E ÁREA PRIVADA



A justificativa utilizada para a ocupação das terras privadas foi, segundo lideranças que participaram do processo, o fato de as terras estarem em situação irregular com relação a sua documentação em cartório. Os movimentos sociais ficaram sabendo dessas irregularidades através do próprio prefeito da época Vasco Alves, que era advogado e tornou possível o processo de ocupação, destinando ao grupo, a área de interesse, no caso, o Loteamento das Castanheiras. Conforme história oral de uma liderança comunitária atual do bairro Residencial Jabaeté, a ocupação no bairro iniciou-se da seguinte forma:

[...] lá onde está João Goulart é terreno da Prefeitura. Nós entramos aqui (Resid. Jabaeté) com 168 famílias. Tinha os lotes e tinha tudo, mas não tinha ninguém morando. Só tinha o CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança) e a creche. Entramos aqui com essas famílias e 2 dias depois veio o Oficial de Justiça e procurou o Sr. K e a mim, pois éramos os dois que estávamos na cabeça. Infelizmente eu achei que era bonito fazer aquilo na época. Me deram 24 horas para tirar todo mundo. Liguei para o Vasco, ele estava em Brasília, contei a situação para ele. Ele falou: "Fulana, a área aí do lado pertence à Prefeitura (atual parte de João Goulart), joga todo mundo pra lá". Eu joguei todo mundo pra lá. Enfiei todo mundo pro lado de lá (Entrevistada 2 – líder comunitária de Residencial Jabaeté).

No ano de 1992, durante a administração estadual de Albuíno Cunha de Azeredo (mandato entre 1991-1995), um terreno particular foi desapropriado (atual bairro Residencial Jabaeté), e 20 hectares foram doados à prefeitura municipal de Vila Velha com o objetivo de realocar famílias que viviam em área de risco chamada Ilha da Jussara, na própria região da GTV. Essa área de 20 hectares foi aquela ocupada pelas lideranças, conforme relata a entrevistada acima. Segundo a entrevistada, inicialmente foi ocupado o terreno sob posse do governo estadual (atual Residencial Jabaeté), no entanto, o processo de assentamento das famílias no local foi barrado pelo governo do Estado, através de liminar judicial que determinava a reintegração de posse ao governo do estado. Nesse sentido, as famílias foram realocadas para o terreno vizinho, sob posse da prefeitura municipal, com a anuência do prefeito da época.

Nesse momento histórico, ocorre a divisão dos movimentos sociais. Parte das lideranças era favorável ao assentamento e outra era contra, tendo em vista que já temia que nesse formato de ocupação algumas lideranças pudessem tirar proveito da venda de lotes, ocasião em que ocorreu a ocupação

do bairro João Goulart. Percebe-se que os movimentos sociais de luta pela moradia, já no início da década de 1990, mudam de posição no que diz respeito aos assentamentos promovidos até então. A busca pela parceria com o governo estadual e municipal, para a construção de habitação de interesse social, passa a ser de interesse da maioria dos movimentos, isso porque, os assentamentos que haviam sido promovidos até então, eram caracterizados pela falta de ordenamento e planejamento urbanos, que visassem o bem estar das famílias assentadas, além da corrupção de certas lideranças, que se aproveitaram de lotes das áreas de assentamentos, praticando a venda dos mesmos.

Devido aos interesses de venda dos lotes por parte de grupos¹⁸ extraviados dos movimentos sociais predominantes na região, não houve, segundo os movimentos sociais, a preocupação em destinar áreas do bairro para a instalação de equipamentos públicos futuros, o que priva hoje a população do bairro de receber investimentos, devido à falta de espaço físico para a instalação de projetos. A efetivação de projetos públicos hoje pode acontecer no bairro apenas por intermédio de desapropriações.

A divisão dos lotes foi feita por uma instituição criada em 1993, chamada Comissão de Assentamento do Espírito Santo (não existe nenhuma Lei municipal ou estadual que corrobore a criação dessa instituição), representada até os dias de hoje pelo Sr. K. A história deste indivíduo está intimamente ligada aos movimentos sociais atuantes na Grande Vitória, desde a década de 1970 na luta pela moradia. Sua subsistência fora garantida pelo movimento que criava assentamentos pela região metropolitana, pois, desde 1975 o mesmo encontra-se desempregado. A COMASSES, conforme dito acima, surgiu como uma alternativa para a legalização dos assentamentos já criados até então,

¹⁸ Especificamente 3 indivíduos, sendo que um foi assassinado, outro é foragido da justiça e um terceiro, que respondeu a uma série de processos criminais e anteriormente foi preso, ainda reside no bairro, aqui denominado como Sr. K. Seu nome não foi colocado neste texto, considerando a periculosidade de sua conduta, conforme fala dos moradores.

além de trabalhar na promoção de novos assentamentos, especificamente, na Grande Terra Vermelha.

Segundo Sr. K, o principal responsável pelas ocupações/assentamentos de João Goulart nos anos de 1990, não destinou-se áreas para equipamentos públicos, pois a necessidade principal na época era assentar famílias em situação de risco. Essa situação é negada pelos moradores, que afirmam que o único interesse deste senhor era negociar a venda dos lotes.

No caso do bairro João Goulart, criado a partir do assentamento de famílias carentes, há grande dificuldade de recuperação da área para a criação de novas vias de circulação ou comunicação, criação de equipamentos públicos (o bairro é totalmente desprovido destes). Na perspectiva do que já foi abordado, o bairro de João Goulart é caracterizado por ser **ilegal** e **clandestino**, de acordo com os pressupostos do GRF/IJSN (2007).

Interessa ressaltar, que mesmo nesta condição, a ocupação desse bairro foi estimulada por governantes com fins clientelistas durante a década de 1990. Conforme dito acima, a divisão dos movimentos sociais ocorreu nessa época, oportunidade em que esse terreno da prefeitura fora ocupado. Consoante as lideranças, esse terreno foi “doado” ao Sr. K pelo prefeito da época, como se fosse, a partir de então, responsabilidade do Sr. K, administrar os assentamentos e os loteamentos, então ocupados.

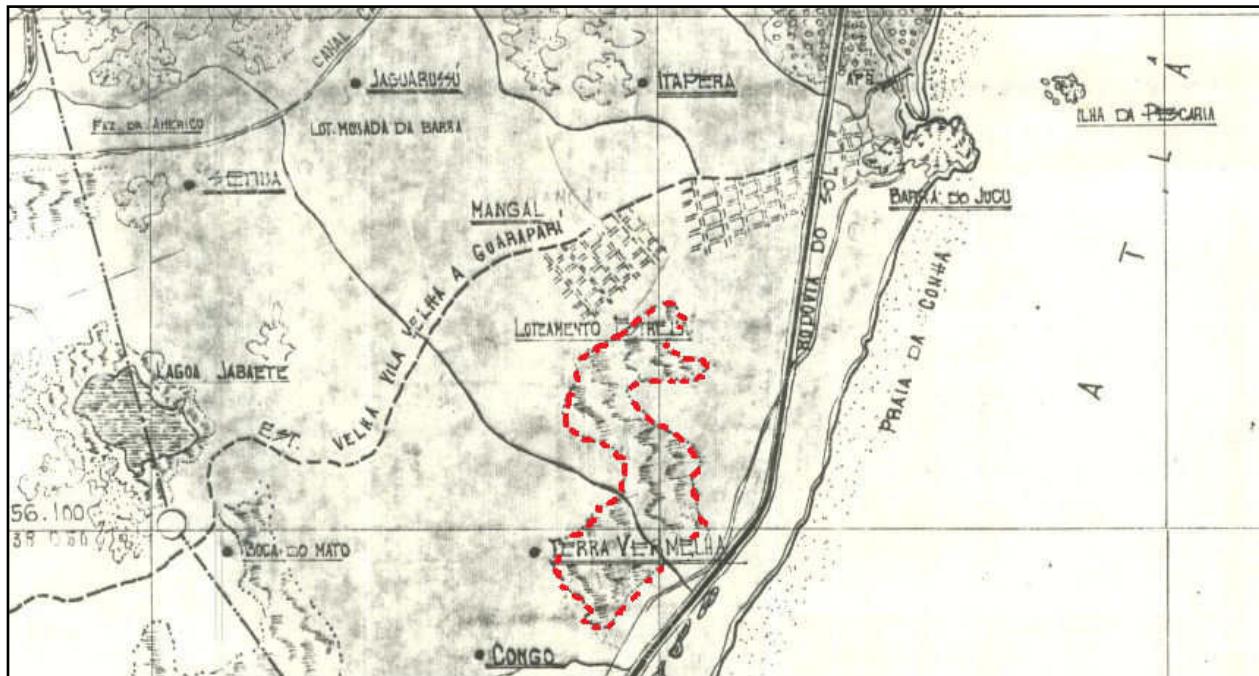
Nesse período de ocupação, houve a atração de intenso fluxo de pessoas sem moradia para o local. Os lotes da área eram doados de acordo com a chegada dos futuros moradores. Segundo esses mesmos moradores que chegaram à região nessa época, senhas eram distribuídas a um valor de R\$1,00. Caso o indivíduo não tivesse esse valor, ele poderia dar qualquer outro objeto de valor, como um anel, um cordão, um relógio, etc. Esse fato é desmentido pelo Sr. K (MAGALHÃES, 2004).

Ademais, segundo o Sr. K, os lotes foram todos doados para pessoas carentes e nenhum foi vendido, acrescente-se que, moradores afirmam o contrário. Além do Sr. K vender os lotes, ele mesmo produzia documentos

falsos com o aval de outras pessoas, tendo em vista ser analfabeto. Os moradores afirmam que os terrenos de esquina eram os mais caros e que, alguns lotes realmente foram doados, mas foram aqueles localizados em áreas consideradas pelo grupo como “desvalorizados”, como os que necessitavam de terraplenagem e aterramento (parte do loteamento foi realizado em área alagada).

É passível de questionamento a situação legal do Loteamento Castanheiras, aprovado pela prefeitura na década de 1960, que corresponde hoje a parte do bairro João Goulart, considerando o que consta em mapas da época, da prefeitura de Vila Velha, a área que corresponde a esse loteamento era de brejos

Figura 2. Área de terreno alagado ao lado do Loteamento Estrela



Fonte: Pref. De Vila Velha/ 1979.

Até hoje o bairro de João Goulart recebe demandas de ocupação e de casas, porém, os terrenos já possuem “proprietários”, que comercializam os lotes como se fossem os próprios donos do terreno. Atualmente, a prática de doações não existe mais na região. Na verdade, o que houve no passado, foi uma discreta doação de lotes, sendo que a grande maioria foi vendida por

lideranças paralelas locais, conforme já abordado, que detinham o poder de ocupação das terras.

Pode-se afirmar que essas lideranças do bairro estiveram em um momento ligadas aos movimentos sociais oficiais da época, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Porém, em dado momento, crises internas fizeram com que houvesse uma separação e choques de lideranças. A vontade de alguns em terem lucros com as ocupações, fez surgir, em vários bairros da região, lideranças mais preocupadas em vender lotes do que assentar famílias que realmente necessitavam de um teto para morar. Essas mesmas lideranças, transviadas, foram cooptadas pelos governantes da época, que viam na venda/doação de lotes e ocupações de terras privadas, uma alternativa para a garantia de votos.

Hoje o bairro João Goulart é bastante heterogêneo no que concerne aos tipos de ocupações, ao ordenamento urbano etc. Parte de terras do bairro pertence à prefeitura de Vila Velha e outra parte pertence (ia) a um proprietário privado que não teve controle sobre as ocupações ilegais, sobre terrenos ilegais, estimuladas pelo poder público municipal.

As ruas do bairro, conforme já observado, são bastante disformes, não possuem traçado adequado às leis urbanísticas, não há escolas ou praças no bairro, devido à ocupação predatória ocorrida.

Foto 9. Rua estreita e disforme - João Goulart



Fonte: Fernando Sartório/2012

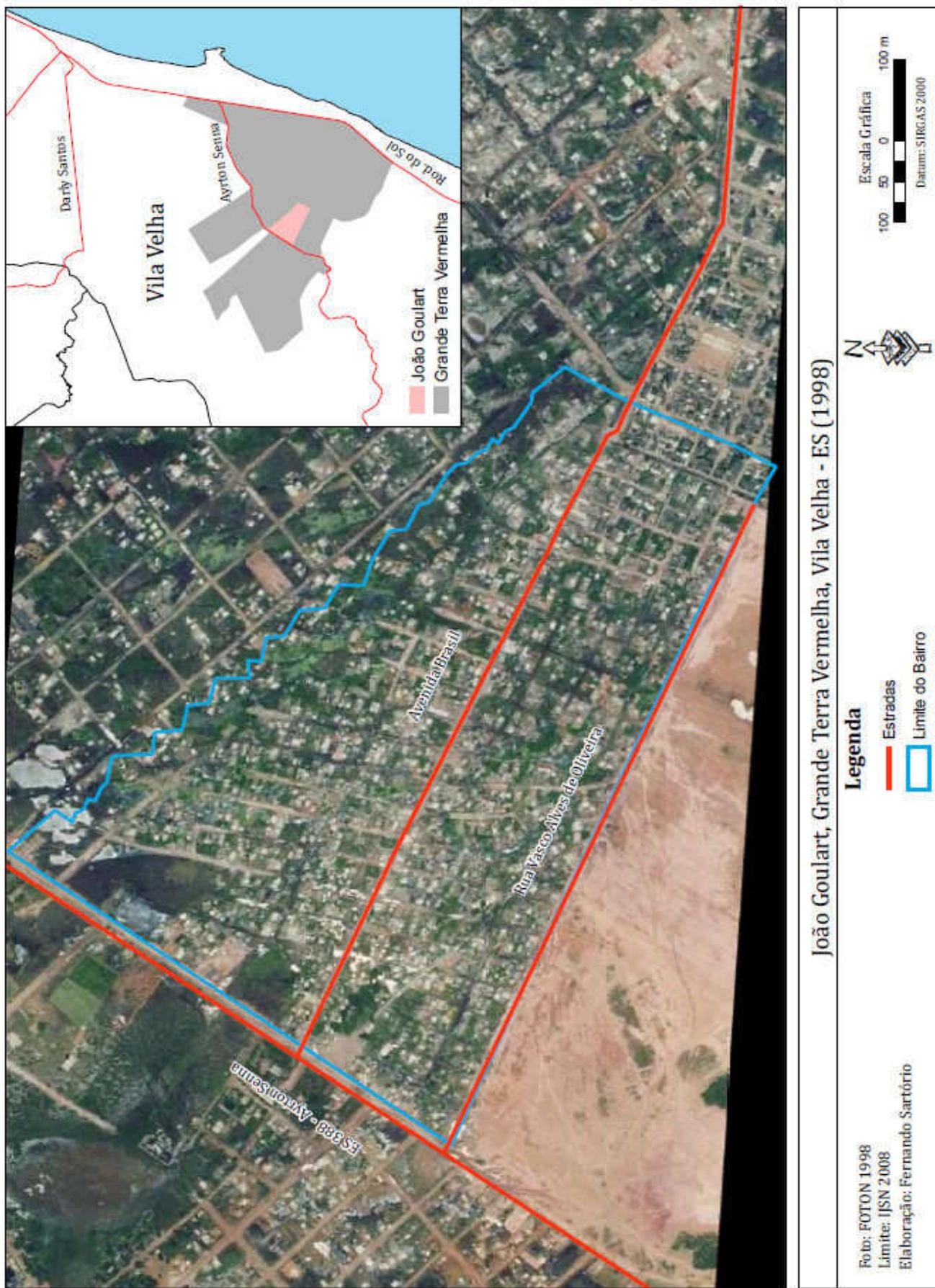
O bairro passou por algumas mudanças desde meados da década de 1990. É possível perceber nos **mapas 12, 13, e 14** uma melhoria das condições urbanas que, inicialmente eram bastante precárias. Isso demonstra o papel do poder público agindo na promoção de asfaltamento da área. Porquanto, é possível observar uma maior ocupação do bairro entre 1998 e 2005, principalmente na área norte do bairro.

Cabe aqui ressaltar, que esse bairro foi criado oficialmente em 1995 pela Lei Municipal nº 3113, como disposto abaixo:

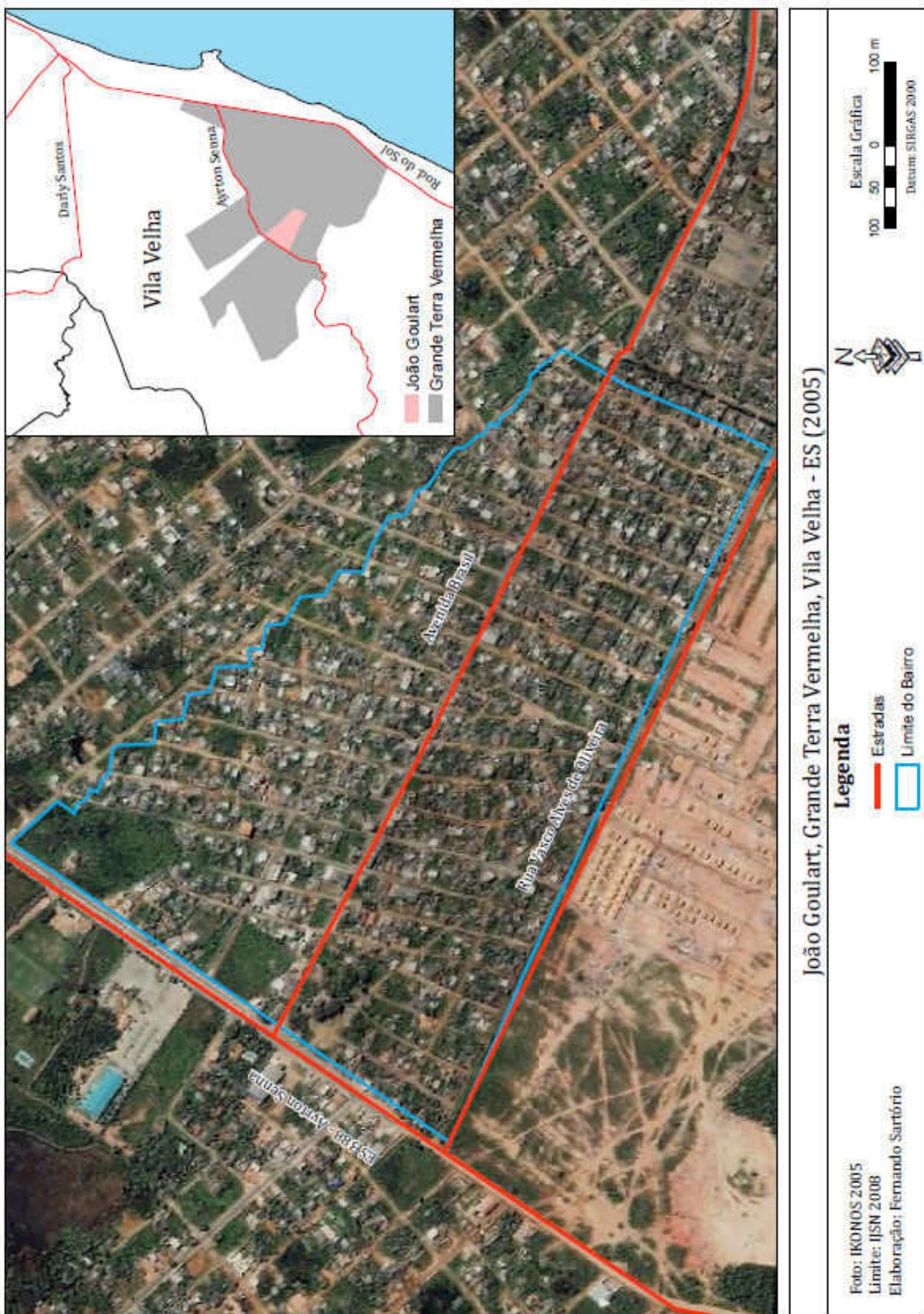
[...] **Art. 1º** - Fica denominada de "BAIRRO JOÃO GOULART", a área que limita-se ao Norte com a estrada do Churi; ao Sul com a Rua "A", em Terra Vermelha; a Oeste com o Residencial Jabaeté; e a Leste com o loteamento Estrela.¹⁹

¹⁹ Os limites colocados na lei, não correspondem aos limites reais do bairro, o que caracteriza um erro técnico da administração pública municipal.

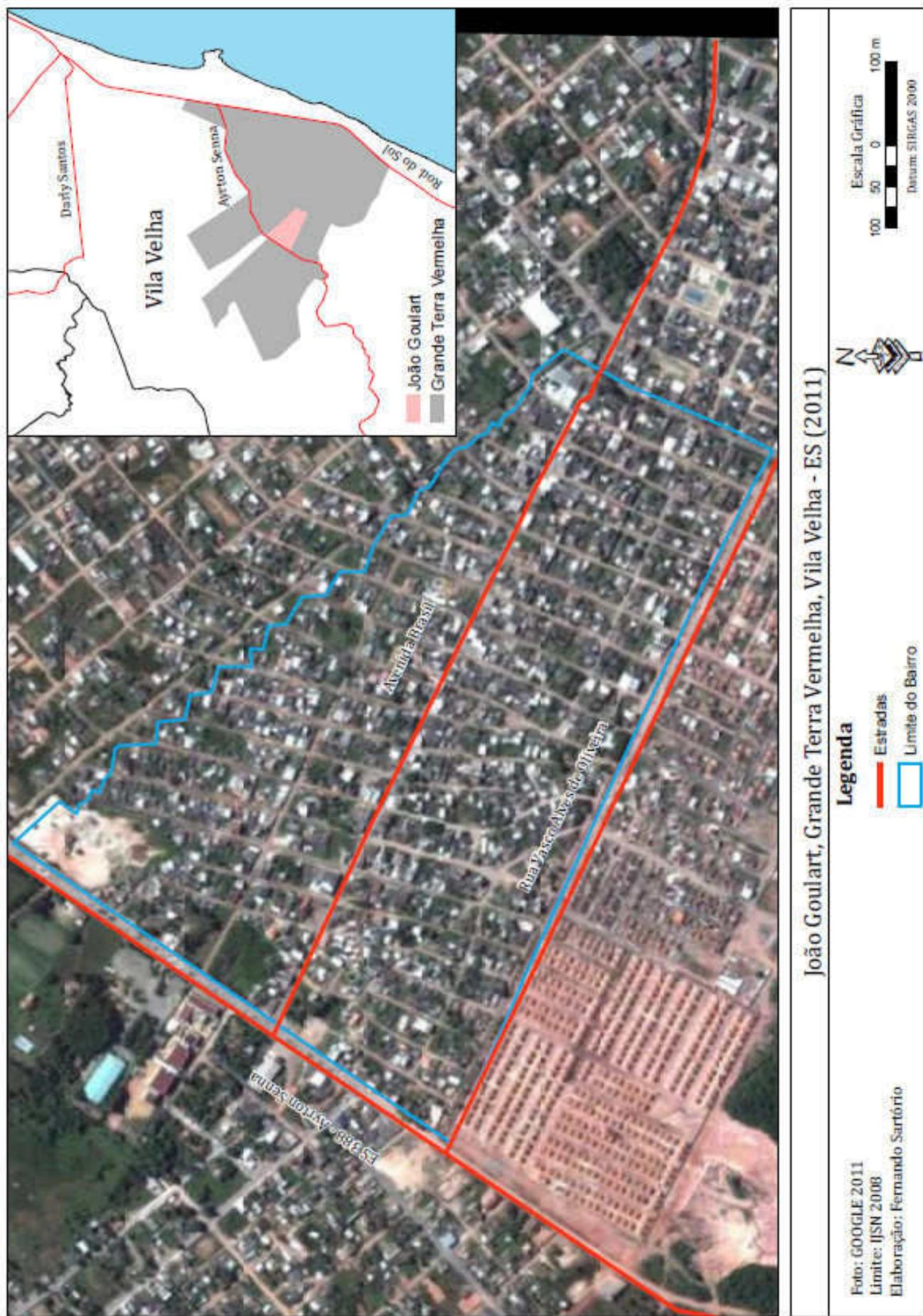
MAPA 12. OCUPAÇÃO DO BAIRRO JOÃO GOULART- 1998



MAPA 13. OCUPAÇÃO DO BAIRRO JOÃO GOULART - 2005



MAPA 14. OCUPAÇÃO DO BAIRRO JOÃO GOULART - 2011



4.1.1. Infraestruturas e usos do solo em João Goulart

No bairro de João Goulart, considerado ilegal, a infraestrutura é bastante precária em relação ao calçamento de ruas. Existe uma avenida principal (Avenida Brasil), onde a população costuma adquirir alguns bens de consumo básicos, com a existência de padarias, lojas de materiais de construção, pequenas mercearias, bares e igrejas.

Essa situação é explicada pelo modelo de ocupação ocorrido no bairro, a partir da metade da década de 1990. A ocupação desmedida de terrenos, criou ruas bastante apertadas e não restou espaço para a construção de equipamentos públicos ou mesmo de áreas comerciais.

Foto 10. Avenida Brasil - João Goulart



Fonte: Fernando Sartório/2011

Apesar da existência de algum comércio no bairro João Goulart, moradores de bairros adjacentes, como Morada da Barra e Residencial Jabaeté, afirmaram que temem frequentá-lo, por receio do “elevado índice de criminalidade”.

Hoje estão sendo realizadas pela prefeitura municipal, diversas obras no bairro, como a de drenagem, pavimentação e de esgotamento sanitário. Esse bairro é um dos grandes desafios na promoção de infraestrutura, pois se

encontra em estado bastante precário e desprovido de áreas públicas ou mesmo privadas livres, para a promoção destes equipamentos.

Sobre a mobilidade do bairro, atualmente este recebe duas linhas de ônibus: 616 e 617, que saem do Terminal de Itaparica num intervalo de 15 em 15 minutos em horários de pico. A linha 617 também atende ao bairro de Residencial Jabaeté (ANEXO 4).

O bairro não possui escolas de ensinos fundamental e médio, municipais ou estaduais, não possui Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou qualquer outro equipamento para a população. Segundo a prefeitura, a falta de infraestrutura deve-se ao fato de que no bairro não há disponibilidade de terrenos livres para a construção desses. A desapropriação seria a única solução, apesar disso, obras estão em andamento no bairro. Este receberá, ainda no ano de 2012, um complexo educacional, voltado à educação infantil e ao ensino fundamental, abrigando, portanto, alunos desde a creche ao 9º ano do ensino fundamental. Para os moradores, a construção da escola é de extrema importância, uma vez que o bairro não dispõe de qualquer tipo de equipamento público. Ainda, conforme informações da prefeitura, serão concluídas em 2012 as obras de drenagem, pavimentação e coleta do esgoto para tratamento do bairro João Goulart.

4.2. Morada da Barra

Na década de 1960, a área que compreende hoje o bairro Morada da Barra era composta por uma grande fazenda, em cujo entorno havia casas pulverizadas e a quantidade de famílias presentes na região era muito pequena. Os deslocamentos para as áreas dotadas de transporte público eram feitos a pé ou de bicicletas. Segundo antiga moradora do bairro, em 1976, as poucas famílias existentes na área viviam ao redor da fazenda do ex-prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes da Silveira (mandato entre 1977 e 1982).

Foto 11. Rua em Morada da Barra (1)



Fonte: Fernando Sartório/2012

A origem dos loteamentos (década de 1970), segundo técnicos da prefeitura de Vila Velha, foi uma alternativa a Lei Federal 6.766/79, que viria a ser implementada poucos anos depois do surgimento do loteamento.

A Lei 6.766/79 faz referência sobre municípios com mais de 50 mil habitantes, determinando que houvesse planos para fornecer orientações quanto ao traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas preservadas para os equipamentos urbanos e comunitários. Caberia à prefeitura fazer esse plano para aplicar na cidade. Tal lei ainda determinou

diretrizes básicas para a administração do parcelamento do solo, requisitos mínimos para os loteamentos, normas para a provação de projetos de loteamentos e desmembramentos, normas para a aprovação e registro de projetos, forma de estabelecimento de contratos de compra e venda, sansões aplicáveis aos crimes de promoção, efetivação e venda de loteamentos e competência quanto à transformação do uso de solo urbano e rural (IBAM, 1990).

Em 1979, entra em vigor o primeiro Plano Diretor Urbanístico da cidade, agindo também como um instrumento com o intuito de impedir o crescimento desordenado da cidade.

Nesse sentido, explica-se porque no período anterior à vigência da Lei de 1979, houve uma explosão de surgimento de loteamentos na Grande Terra Vermelha. Havia, por parte dos proprietários, o interesse em lotear os seus terrenos, transformando-os de terras rurais em terras urbanas, sem seguir qualquer tipo de condicionante jurídica. Portanto, aprovar os projetos o quanto antes na prefeitura era a prioridade, visto que, a lei não era retroativa, o que garantiria aos proprietários de terras, a legalidade da aprovação de seus loteamentos.

Após o loteamento na década de 1970 e a concomitante aprovação da prefeitura, iniciam-se as vendas. Primordialmente, o foco era realizar vendas para pessoas de locais longínquos, como de outros estados da federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, principalmente, mas não só estes), além de habitantes da região metropolitana e do interior do estado. Era uma estratégia realizada pelos corretores, que vendiam os terrenos na planta, como se estivessem próximos à praia. Os compradores, ao se depararem com as condições do local e a grande distância da praia, logo desistiam de efetivar a construção de residências no local e acabavam abandonando os terrenos.

Dessa forma, o referenciado bairro se viu desocupado por quase duas décadas após a criação de seu loteamento. Em geral, os proprietários que adquiriram seus terrenos, preferiram abandoná-los ou reservaram o terreno

para futuras construções, quando houvesse uma urbanização adequada da área.

Sob a alegação de irregularidades na posse da terra pela Imobiliária Patrimônio no bairro Morada da Barra, a COMASSES inicia o processo de ocupações clandestinas no bairro em meados da década de 1990, já na administração municipal de Vasco Alves (mandato entre 1991-1996). Apoiadas pelo poder público municipal, lideranças do bairro João Goulart, vizinho de Morada da Barra, iniciam ocupações nos terrenos desocupados, porém de propriedade privada.

Desse modo, o bairro de Morada da Barra começa a receber grande fluxo de pessoas que compravam terrenos, agora do Sr. K, líder de João Goulart, que também se apropriou dos lotes privados livres de Morada da Barra. Segundo moradores de Morada da Barra, havia sentimento de revolta por conta das ocupações ilegais realizadas pelo Sr. K. Segundo esses moradores entrevistados, após as ocupações, houve crescimento expressivo de assassinatos e da criminalidade em geral, trazida por pessoas que vieram de outras cidades e estados, fugitivos da polícia para se esconder no bairro, agora invadido. Sobre as ocupações, uma morada afirmou:

“Na verdade, quando começou a invasão aqui, eu tive um pouco de medo. Porque invasão em todo lugar existe, pode ser na Praia da Costa, Coqueiral...tem as pessoas boas e más, tem as pessoas que precisam e que trabalham honestamente e tem aquelas que trabalham desonestamente. Tem o bandido, o traficante, tudo isso e quando surge uma invasão essas pessoas vêm junto. Aqui já aconteceu muita morte, quando começou o movimento de moradia, no início da invasão, morreu muita gente, morreu uma pessoa na minha esquina, no dia que aconteceu, o rapaz era da Serra. Ele tinha 17 anos e veio se esconder aqui. Era de família boa, o pai era dono de supermercado lá na Serra e ele veio parar aqui por causa da droga e morreu perto da minha casa. Então, eu falei: “Tião (marido), vamos embora daqui, isso acontece em todos os cantos. Isso aqui é só o começo, nós vamos ver muito isso aqui”. E realmente, nós vimos muito. Muita gente morreu aqui”. (Entrevistada 1: ex. Líder comunitária de Morada da Barra, 2011).

Ademais, o Sr. K mudou o nome do bairro de Morada da Barra para João Goulart 2, durante pequeno período em que “tomou conta” do bairro.

Reuniões foram feitas juntamente com o prefeito Vasco Alves em 1994, a fim de que fossem trazidas melhorias para o bairro, como energia elétrica e transporte público. Segundo as lideranças atuais, tais necessidades eram prontamente atendidas pelo prefeito, o qual, conforme relatos de moradores, possuía um excelente diálogo com a população. As necessidades eram atendidas com mais rapidez e, para falar com o prefeito, bastava chegar à prefeitura, sem a necessidade da “burocracia” atual, conforme afirmam as lideranças atuais.

A gente queria lutar por alguma coisa, a gente ia lá e pedia uma reunião com o prefeito. Naquela época não precisava marcar como hoje. A gente chegava, sabia os dias que o prefeito atendia a população, chegava lá e conversava com ele. Hoje não, hoje você tem que agendar, marcar...hoje tem aquela burocracia. Eu ia com minha filha, vizinha que estivesse disponível e ia lá pedir. (Entrevistada 1: ex. Líder comunitária de Morada da Barra, 2011).

Hoje o papel das lideranças sociais no bairro é bastante discreto. Há um líder comunitário que reivindica, junto à prefeitura, as necessidades do bairro, porém, a grande maioria das requisições não é atendida, haja vista as poucas ruas asfaltadas (maior demanda das lideranças). As ruas do bairro possuem traçado adequado, contudo encontram-se em estado crítico, com lençol freático exposto em muitas áreas, além da falta de esgotamento sanitário, que torna crítica a questão do saneamento básico.

Foto 12. Rua em Morada da Barra (2)



Fonte: Fernando Sartório/2012

Para reivindicar manilhas maiores para os córregos que cortam as regiões, líderes comunitários afirmam que já fecharam a ES – 388 (Ayrton Senna), que faz divisa com o sul do bairro. Segundo lideranças, muitas vezes essa é a única maneira da população do bairro ser ouvida pelo poder público.

Foto 13. Rua em Morada da Barra (3)



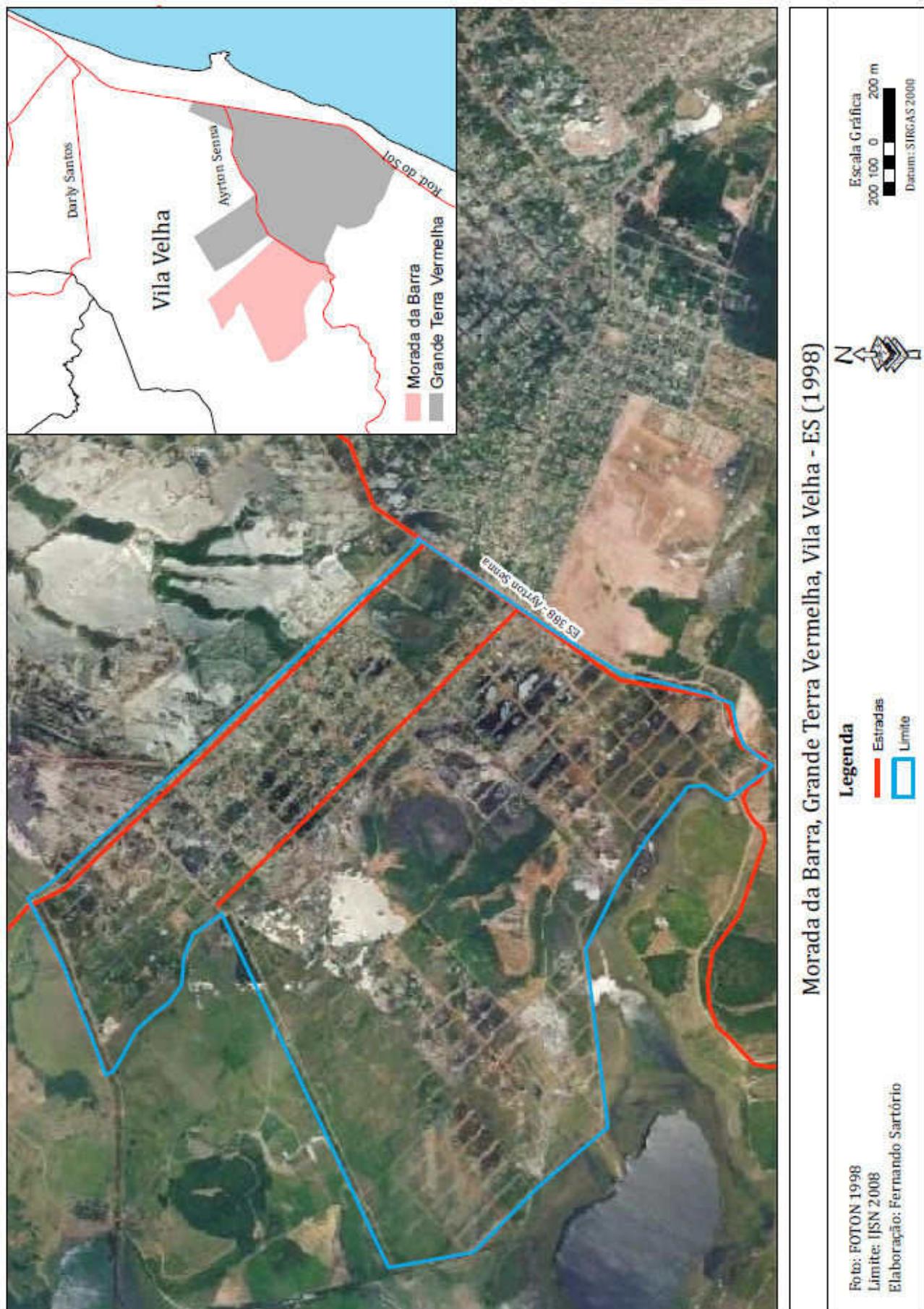
Fonte: Fernando Sartório/2012

Conforme é possível observar nos **mapas 15, 16 e 17**, o bairro de Morada da Barra passou a ser mais ocupado na última década (2000). Suas áreas oeste e sudoeste não tiveram incremento populacional ou mesmo a construção de residências. Segundo a prefeitura, essa área do loteamento, que hoje encontra-se vazia, próxima a Lagoa Jabaeté, foi cancelada. O motivo do cancelamento foi em prol de uma proprietária que entrou na justiça com pedido de usucapião²⁰ de quase 100 hectares de terra do loteamento.

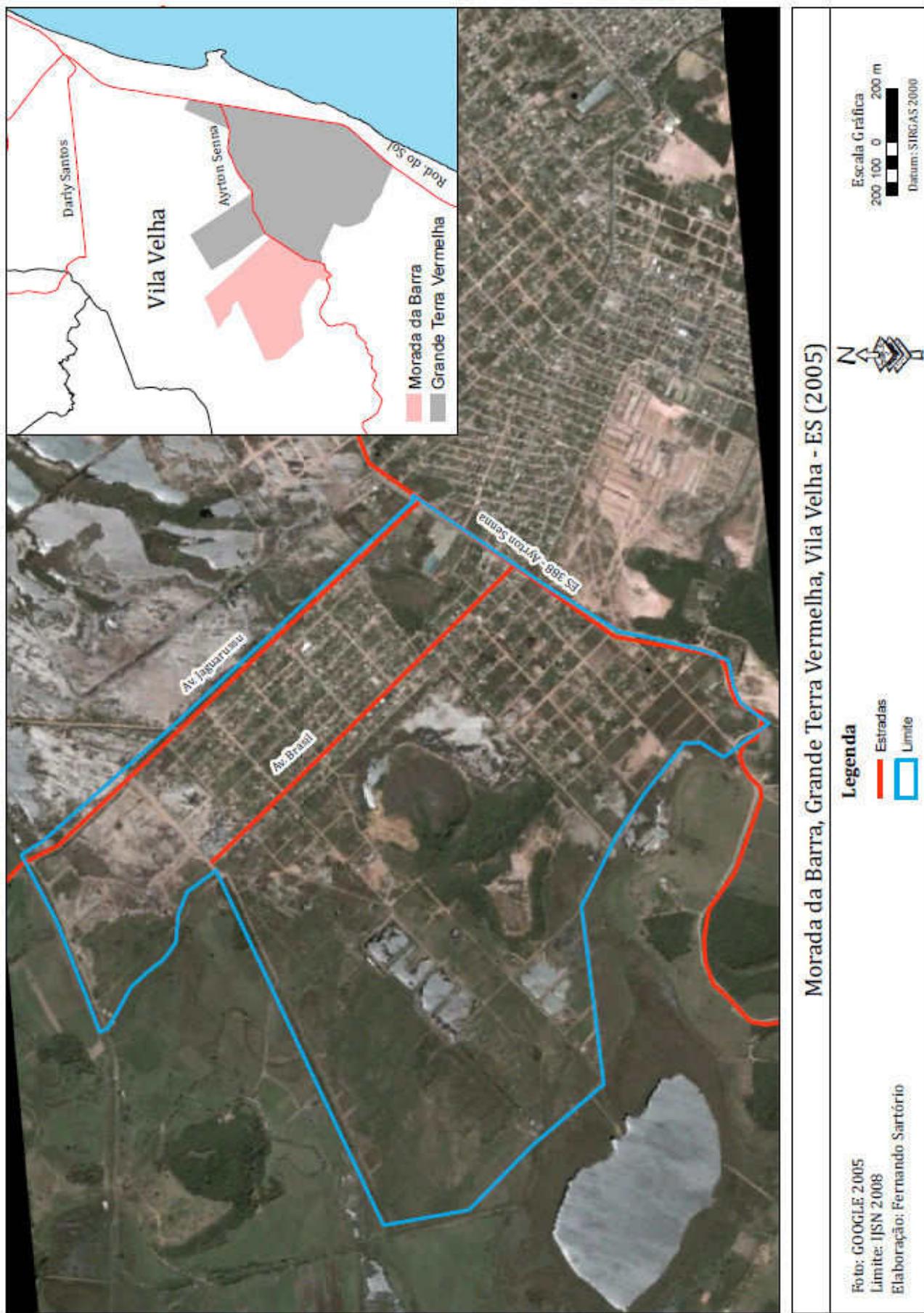
No entorno da lagoa há a presença de criadores de suínos e bovinos, que despejam, segundo a prefeitura, dejetos na lagoa, agravando a poluição e a quantidade de coliformes fecais. Segundo a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), durante o verão, as taxas de coliformes fecais são bastante elevadas, uma vez que começa o período de chuva e, por essa razão, há elevado escoamento de água para a lagoa.

²⁰ Os técnicos da prefeitura de Vila Velha se mostram surpresos e mesmo revoltados com essa situação. Afirmam nunca ter visto uma situação como esta acontecer no município, principalmente sendo a área requisitada tão grande.

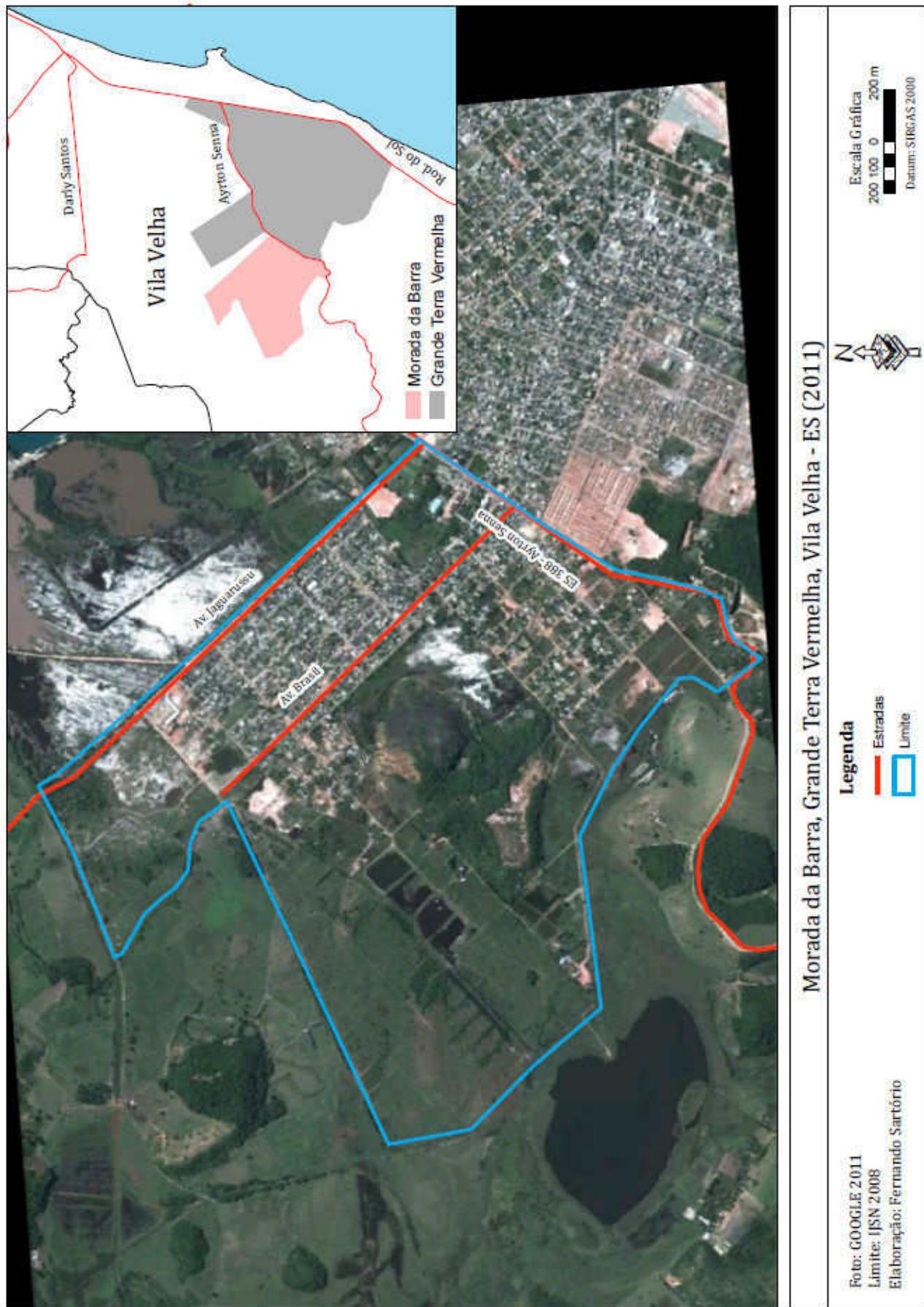
MAPA 15. OCUPAÇÃO DO BAIRRO MORADA DA BARRA - 1998



MAPA 16. OCUPAÇÃO DO BAIRRO MORADA DA BARRA - 2005



MAPA 17. OCUPAÇÃO DO BAIRRO MORADA DA BARRA - 2011



4.2.1. Infraestruturas e usos do solo em Morada da Barra

Morada da Barra, loteamento hoje considerado ilegal, conforme condicionantes do GRF/IJSN (2007), por ter sido aprovado pela prefeitura, mas apresentar características irregulares²¹ assim como a grande maioria dos bairros da GTV, possui infraestrutura precária. A principal avenida que corta o bairro é a Avenida Brasil, onde ocorre a presença de uma feira livre e escasso comércio.

Foto 14. Avenida Brasil - Morada da Barra



Fonte: Fernando Sartório/2012

Os moradores de Morada da Barra costumam frequentar os supermercados e bancos do bairro Terra Vermelha. As mercearias de Morada da Barra são utilizadas para pequenas compras. Há presença predominante de bares e de lojas de material de construção civil.

O bairro é dotado de uma linha de ônibus que sai do Terminal de Itaparica e tem como destino o próprio bairro. Antes de chegar ao bairro, esta linha passa pelo o bairro de Barramares e de João Goulart, atendendo, portanto, aos três bairros. As saídas de ônibus ocorrem em uma média de 10

²¹ Composto por 3 loteamentos (Morada do Lago, Morada da Barra e Morada da Barra "B") aprovados na prefeitura, mas que, em algumas áreas, há posse questionada por proprietários de terras. Além disso, os loteamentos não foram implementados com completa infraestrutura.

em 10 minutos no horário de pico maior de saída de trabalhadores para outras regiões da Grande Vitória, que é o horário entre 04:30 e 07:45 da manhã, como é possível observar nas **tabelas 6 e 7** (ANEXO 4)

As saídas de ônibus, fora do horário de pico, do bairro Morada da Barra ocorrem de maneira homogênea e sem grandes disparidades de tempo entre os tempos de saída. Em média, os ônibus saem em direção ao terminal mais próximo (Terminal de Itaparica), de 30 em 30 minutos, mesmo em horários noturnos e em domingos e feriados. Para os moradores, a situação do meio de transporte é melhor do que no passado, mas ainda há muito que melhorar, principalmente em relação aos atrasos dos ônibus e a diminuição das distâncias que ele percorre até chegar ao destino.

Assim como nos outros bairros, é possível observar obras de pavimentação de ruas em Morada da Barra, no entanto estas ainda são escassas. O bairro é atendido por uma escola de ensino fundamental e médio, chamada: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professor Darcy Ribeiro. Segundo moradores, é necessária outra escola de ensino médio, pois os estudantes precisam se deslocar para outros bairros, como Residencial Jabaeté para estudar devido à falta de escolas em Morada da Barra.

4.3. Residencial Jabaeté

A história do bairro Residencial Jabaeté está atrelada à luta de 15 movimentos sociais²² atuantes no Estado do Espírito Santo em busca de habitação de interesse social para famílias que viviam em área de risco.

Foto 15. Bairro Residencial Jabaeté



Fonte: Fernando Sartório/2012

Após pressões dos movimentos sociais, uma área localizada nas proximidades dos bairros Morada da Barra e João Goulart, denominada “Boca do Mato”, foi desapropriada na administração estadual de Albuíno Cunha de Azeredo (mandato entre 1991 – 1995) como continuação da política do ex-governador Max Mauro (mandato entre 1987-1991) de promover assentamentos urbanizados, legais, para famílias carentes.

Esse terreno, onde hoje se situa o bairro Residencial Jabaeté, foi adquirido do senhor Arthur Antônio Teixeira, ex-marido da senhora Wilma Reinders²³, pela Companhia de Habitação do Espírito Santo (COHAB-ES)²⁴.

²² Os nomes dos Movimentos Sociais não foram repassados pelo IDURB/ES para o autor deste trabalho.

²³ Esta família possuía dezenas de lotes na Praia da Costa, imóveis comerciais em Vitória e em Vila Velha, além de um terreno de 9.000m² no Morro do Moreno, conforme escritura entregue pelo IDURB-ES ao autor deste trabalho.

Atendendo à reivindicação, foi elaborado um projeto executivo pela COHAB-ES, com parceria com a CESAN, prevendo todas as normativas e condicionantes para implantação do projeto de habitação de interesse social na área adquirida. Nesse contexto, foram elaborados projetos de parcelamento do solo, instalações de água tratada, estações de coleta e tratamento de esgoto sanitário, projeto de drenagem pluvial, além da elaboração de estudos de drenagem, a fim de prevenir a área contra inundações, já conhecidas na região como constantes na época em que o terreno foi adquirido.

Consoante informações do IDURB, todos os estudos e projetos obedeceram as Normas Técnicas Brasileiras e foram acompanhadas pela CESAN e pela Secretaria de Meio Ambiente (SEAMA), tendo sido acatados projetos, como o de tratamento de esgoto, proposto pela secretaria.

O bairro em si, surge regularizado em 1998 a partir do Decreto nº 72, que dispunha:

[...] **Art. 3º** - O Loteamento denominado Residencial Jabaété compreende da seguinte forma:

- a)** Local: Localizado na Área B que está situada às margens da Rodovia ES-388 no lugar denominado “Boca do Mato”, distrito da Barra do Jucú, Município de Vila Velha.
- b)** O Loteamento é composto da seguinte forma:
 - Equipamentos Comunitários: Creches; Equipamentos Comunitários (genérico); Lazer; Praça de Esporte; Posto de Saúde; Centro Comunitário; Posto Policial; Lazer/Esporte; C.A.I.C; Áreas Livres e de uso público; Ruas e Calçadas; Praças; Áreas Verdes; Área non Aedificandi (DER); Áreas destinadas a CESAN; Reservatório de água potável; Estação de tratamento de esgoto sanitário; 1.836 lotes residenciais e 24 lotes comerciais

Nesta perspectiva, observa-se o fator decisivo do poder público na criação do bairro e na ocupação deste. Os movimentos sociais atuantes na região, como o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, impediram por

²⁴ A COHAB hoje encontra-se em processo de extinção e passou a ser chamada de IDURB (Instituto de Desenvolvimento do Espírito Santo), autarquia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

diversas vezes ocupações irregulares no bairro. Consideram hoje a área, conforme a fala de uma entrevistada, como sendo um “filé”, pois possui certa quantidade de terrenos vagos, aguardando a produção de moradias e de equipamentos urbanos. Desde a sua fundação, o bairro recebeu a implementação de diversos projetos de habitação de interesse social, resultados de parcerias entre o governo federal, estadual e prefeitura. A **tabela 5** mostra alguns dos projetos implementados pelo poder público, porém, não todos, por falta de informações na prefeitura municipal.

Tabela 5. Projetos Habitacionais em Residencial Jabaeté

PROJETOS HABITACIONAIS		
ANO	NOME DO PROJETO	Unidades Habitacionais
1997	Habitar Brasil [1]	97
2003	Vila Velha Calamidade Pública [2]	106
2007	Sem informações sobre o nome do programa	180
2011	Nossa Casa [3]	400 (80 ocupadas irregularmente)
2012	Minha Casa Minha Vida [4]	1.488 a serem entregues

Fonte: Subsecretaria de Habitação de Vila Velha. Elaboração: Fernando Sartório

[1] CEF e Banco Internacional do Desenvolvimento; [2] PMVV e Governo do Estado; [3] Governo do Estado; [4] Governo Federal.

O bairro Residencial Jabaeté já enfrenta problemas de esgotamento de terras para a produção de habitação de interesse social. Nos últimos anos, foi desapropriado um terreno²⁵ ao lado do bairro, pela prefeitura de Vila Velha, para a construção de 1.488 apartamentos. O projeto está em fase de execução e tem a finalidade de reduzir o déficit habitacional do município. Os recursos para a construção dos apartamentos partem do Governo Federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal. A referida obra já enfrentou algumas paralisações haja vista o abandono da obra pela empreiteira “R.Carvalho”, em razão da falta de recursos. É de bom tom frisar que diversos noticiários evidenciaram roubo de materiais de construção na área no ano de 2011, durante as obras. Os trabalhadores, da própria região, revoltados com os atrasos nos salários, roubavam vigas de ferro, concreto, tijolos e tapumes da obra. Diante das dificuldades, a construtora abandonou as obras. Hoje,

²⁵ Ver na Imagem 3 a área adquirida.

segundo técnicos da Subsecretaria Municipal de Habitação, a “Decottignies Construtora” trabalha nas obras dos 1.488 apartamentos com previsão para serem entregues em dezembro de 2012.

Imagen 3. Área adquirida pela PMVV



Fonte: Geobases/2008. Limite: IJSN/2008. Elaboração: Fernando Sartório/2012

No ano de 2011 houve também graves problemas na entrega de 400 casas, pelo programa estadual “Nossa Casa”. Das 400 casas, 80 foram ocupadas por moradores de outros bairros antes da entrega oficial pela Prefeitura e pelo Estado. A seleção das famílias que deveriam ocupar essas casas foi feita pela equipe de assistentes sociais da Subsecretaria de Habitação do município, entretanto, as famílias que receberiam as casas acabaram não sendo as beneficiadas. Segundo

Foto 16. Programa Nossa Casa



Fonte: Fernando Sartório/2011

lideranças do bairro e mesmo técnicos da prefeitura, essa ocupação ilegal ocorreu por intermédio de um vereador do município que objetivou denegrir a imagem do atual prefeito (Neucimar Fraga), tendo em vista que se aproxima o período de eleições. Ainda afirmam que muitas das famílias que ocuparam as casas possuem outros imóveis e relatam, até mesmo, que alguns são fugitivos da polícia. Alguns técnicos do IDURB relataram que o ideal seria fazer um cerco policial nas casas invadidas durante a madrugada para a retirada das famílias. A prefeitura de Vila Velha, no entanto, a pedido do governo estadual e por questões políticas, preferiu deixar as famílias nas residências, pelo menos por enquanto, até que o período de eleições passe e ela possa colocar nas casas os verdadeiros beneficiários que estão aguardando a desfecho dessa situação.

Diferente dos outros bairros aqui estudados, Residencial Jabaeté configura-se como um bairro loteado a partir do poder público, tendo sua ordenação ratificada em lei. Obras são feitas cotidianamente nos novos loteamentos que surgem, como as de pavimentação, esgotamento sanitário e urbanização. Percebe-se que no bairro, as obras são contínuas, principalmente de asfaltamento de ruas. A cada semana, várias ruas são asfaltadas, o que mostra que a cada dia o bairro vem se transformando. O programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal, coloca uma série de condicionantes para a implementação de habitação de interesse social, como a necessidade de asfaltamento, esgotamento sanitário e condições adequadas de habitabilidade. Por conseguinte, ao implantar esse projeto no bairro, os governos estadual e municipal acabam unindo esforços para as melhorias locais.

É possível observar nos **mapas 18, 19 e 20**, que Residencial Jabaeté, dos três bairros analisados, foi o que mais passou por mudanças nos últimos anos. A quase nula ocupação em 1998 dá lugar no ano de 2005 a inúmeros projetos de habitação de interesse social. Apesar disso, percebe-se a necessidade de se urbanizar algumas áreas do bairro. Até o momento, não há áreas comerciais em Residencial Jabaeté, cujo processo de especificação para o uso delas foi feito pela COHAB-ES na elaboração do zoneamento do bairro.

Conquanto a utilização de tais terrenos não seja feita de forma adequada, o bairro é promissor e bastante organizado no que diz respeito ao traçado de vias e a destinação de áreas para equipamentos.

Foto 17. Rua não pavimentada em Res. Jabaeté



Fonte: Fernando Sartório/2011

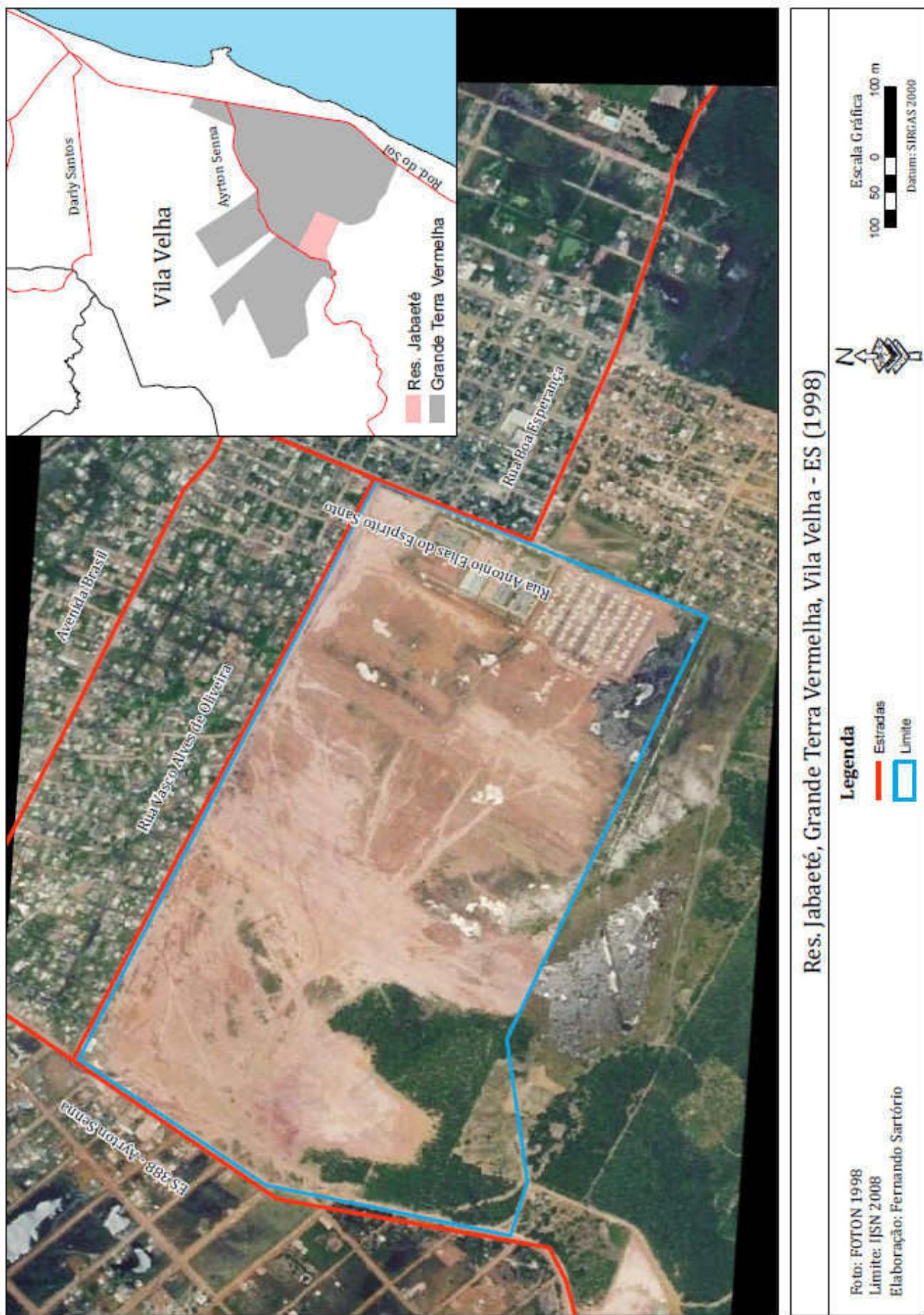
As lideranças locais são bastante alinhadas com o poder público municipal, inclusive lançarão para vereador um candidato pelo partido do atual prefeito, Neucimar Fraga (administração entre 2008-2012). Tal fato pode explicar a existência de inúmeras obras que vêm ocorrendo no bairro nos últimos anos. Outros bairros da região, com necessidades muito parecidas, não recebem tantas infraestruturas como Residencial Jabaeté. Entretanto, acredita-se que a explicação para essa situação reside no fato de que há disponibilidade de terras públicas para a efetivação das infraestruturas no local. O bairro, por ter sua situação regularizada, possui registro de imóveis no cartório. Por isso, os cidadãos que recebem as casas têm o direito de lançar mão das escrituras formalmente. Mas, de conformidade com as informações da prefeitura de Vila Velha, poucos buscam os documentos legalizados.

Portanto, acredita-se que o bairro Residencial Jabaeté é um local de intensas transformações e que ainda tem muitas mudanças e desafios para enfrentar. A demanda crescente por habitação faz com que o bairro seja uma das poucas alternativas do município para a promoção de habitação de interesse social. Sendo assim, há como consequência um futuro

superpovoamento do bairro, que ainda não tem infraestrutura suficiente para receber tantas pessoas. A primeira área de lazer, um campo de futebol foi inaugurado há alguns meses, antes da publicação deste trabalho. Portanto, acredita-se que isso não é suficiente. Faltam praças, ruas pavimentadas, creches, postos policiais e de saúde. A presença de “bocas de fumo” já é uma realidade, mesmo com o policiamento ostensivo no bairro. De conformidade com as informações prestadas pela líder comunitária atual, Residencial Jabaeté é um bairro promissor e tem recebido muitos investimentos, principalmente no período das administrações municipais e estaduais atuais.

Os **mapas 18, 19 e 20** mostram a evolução da construção do bairro desde 1998. No princípio, poucas eram as construções no bairro. Em 2005, a quantidade de obras em fase de implementação era elevada, tendo em vista os recursos colocados pelo Governo Federal para resolver a questão do déficit habitacional. Em 2011 observa-se a área quase totalmente urbanizada.

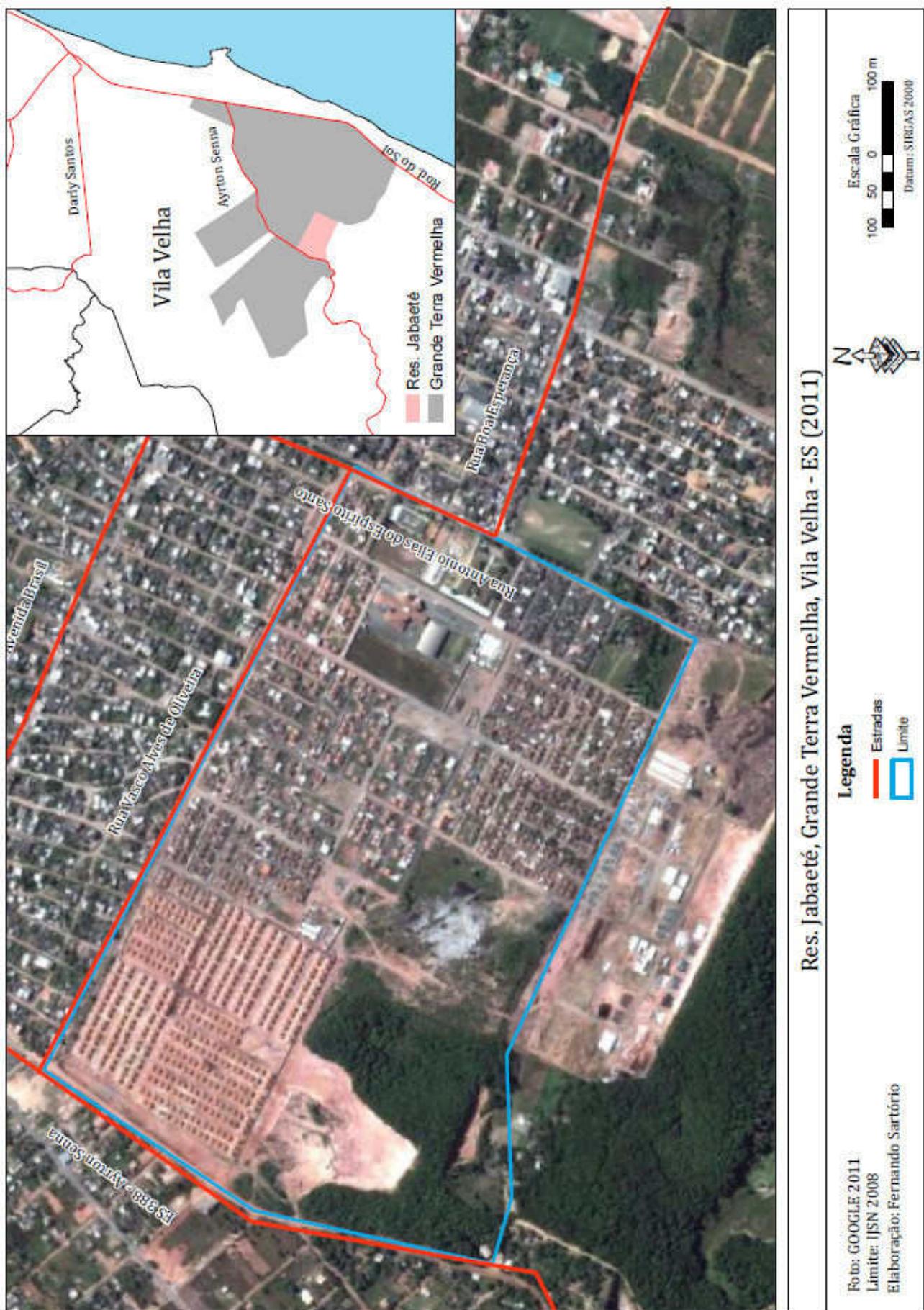
MAPA 18. OCUPAÇÃO DO BAIRRO RESIDENCIAL JABAETÉ - 1998



MAPA 19. OCUPAÇÃO DO BAIRRO RESIDENCIAL JABAETÉ - 2005



MAPA 20. OCUPAÇÃO DO BAIRRO RESIDENCIAL JABAETÉ - 2011



4.3.1. Infraestruturas e Usos do Solo em Residencial Jabaeté

Esse bairro, loteado pelo governo estadual, de todos os pesquisados, é o possuidor de melhores infraestruturas, tanto no que concerne ao calçamento das vias, quanto na questão de esgotamento sanitário e de infraestruturas de educação.

Por ser área pública, o bairro foi planejado para ter áreas de escolas, parques, campos de futebol, áreas de coleta de esgoto para tratamento, etc. Por isso, verifica-se em Residencial Jabaeté, a presença de uma escola estadual e outras duas municipais. São elas: Escola Estadual de Ensino Médio Mário Gurgel, Escola Municipal de Ensino Fundamental - CAIC Professor Paulo César Vinha, Escola Municipal de Educação Infantil. Profª. Normília da Cunha.

Foto 18. Escola em Residencial Jabaeté



Fonte: Fernando Sartório/2012

O bairro foi construído em torno de moradias de interesse social, cujo tipo de construção é onipresente desde meados da década de 1990, quando começa a receber suas primeiras edificações. Atualmente, o bairro tem apenas características residenciais e não possui ruas com comércios ou serviços. Há a presença de algumas igrejas e uma mercearia, que funciona também como padaria.

Foto 19. Habitação de Interesse Social – Residencial Jabaeté



Fonte: Fernando Sartório/2012

O bairro é atendido por uma linha de ônibus do sistema Transcol (617), a mesma que atende ao bairro de João Goulart (ANEXO 4). O bairro é um dos menores da região, inclusive moradores e lideranças dizem estar satisfeitos com o transporte público.

Atualmente, implementa-se no bairro, um Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), e o Centro de Tratamento Toxicômano, com o objetivo principal de encaminhar dependentes químicos para reabilitação. Essa obra está sendo realizada pela prefeitura com recursos do Governo Federal.

Foto 20. CREAS – Residencial Jabaeté



Fonte: Fernando Sartório/2012

Outras obras acontecem, tais como as realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo (IDURB-ES)²⁶, que pavimenta ruas

²⁶ Extinta COHAB-ES (Companhia de Habitação do Espírito Santo)

constantemente no bairro. Nos últimos meses, segundo estimativas do Instituto, mais de 25 vias foram pavimentadas e drenadas este ano (2012).

Foto 21. Pavimentação – Residencial Jabaeté.



Fonte: IDURB/2012

A pavimentação e drenagem de ruas é uma das condicionantes impostas pelo programa Minha Casa Minha Vida, gerido e fiscalizado pela Caixa Econômica Federal. Isso explica porque o bairro recebe mais obras de infraestruturas nessa área do que os demais bairros. Se as condicionantes do programa não são seguidas, como a realização de projetos de tratamento de esgoto, pavimentação, áreas de lazer, etc., as verbas do Governo Federal não são repassadas para as prefeituras.

Foto 22. Implementação de Tratamento de Esgoto – Residencial Jabaeté.



Fonte: Fernando Sartório/2012

5. CONCLUSÃO

Foi possível observar neste trabalho a atuação de diversos atores na construção do espaço urbano da Grande Terra Vermelha. As relações foram permeadas por diversas problemáticas e situações que se estendem até a atualidade. As peças chave encontradas são: poder público, capital imobiliário e sociedade civil (organizada ou não). As similaridades e discrepâncias encontradas na formação dos bairros são bastante evidentes. Percebeu-se que na maioria dos bairros, houve um crescimento desordenado, baseado na venda ilegal de lotes, bem como na grilagem. As imobiliárias e proprietários de terras atuantes na região utilizaram-se de meios legais para criar loteamentos em áreas não propícias para tais. Com o aval de homens públicos (prefeitos e ex-prefeitos), houve intenso processo de ocupação de terras privadas na GTV.

A existência de mais espaços livres em bairros como Morada da Barra e Residencial Jabaeté é notória, porém passa a se tornar mais escassa no último, com as sucessivas implementações de projetos habitacionais, contudo o mesmo não é verificado em João Goulart, que encontra-se extremamente adensado, conforme foi possível observar no **mapa 14**. A atração de pessoas para os bairros abordados está intrinsecamente ligada à oportunidade encontrada pelos cidadãos da época em adquirir lotes a preços módicos, como alternativa para o aluguel e para a falta de moradia, principalmente. Como já abordado, e mesmo verificado em campo, muitos moradores desses bairros têm sua origem em outros estados (Bahia, Minas Gerais, entre outros), além de outras áreas da RMGV.

Atualmente, a área em questão possui diversas particularidades no que diz respeito às modalidades de construção (autoconstrução; habitação de interesse social – municipal e estadual; comércio, entre outros). Por conseguinte, observa-se a existência de críticos problemas sociais relacionados à criminalidade, à moradia, ao saneamento básico - sobretudo drenagem – equipamentos públicos, além de questões socioeconômicas.

O crescimento da mancha urbana na região do aglomerado da Grande Terra Vermelha ocorreu de forma desordenada com aval do poder público. Diversas foram as situações de alinhamento entre as forças atuantes no município na época das ocupações. Percebeu-se que, em determinada época, a pressão dos movimentos sociais para a implantação de habitação de interesse social, surtiu efeito, indiretamente compelindo o governo estadual a adquirir terrenos no município de Vila Velha para a criação dessas infraestruturas.

Houve, porém, um intenso processo de cooptação de indivíduos, conforme foi possível perceber neste trabalho. Ao capturar lideranças dos movimentos sociais atuantes na região, homens públicos conseguiam permitir a ocupação de terrenos particulares e públicos, com a finalidade de angariar votos. A captura desses indivíduos prejudicou fortemente os movimentos sociais, que acabaram perdendo a força. Muitos desses indivíduos, que possuíam cerca de 20 anos de luta por moradia e por condições mais dignas para os trabalhadores das cidades, surpreenderam as próprias lideranças com quem tinham vínculo, optando por trabalhos escusos, ocasião em que acabaram na criminalidade e clandestinidade.

É notável também, que as lideranças atuais, bem como as antigas, não percebem como o processo de cooptação se efetiva no seu cotidiano, sendo facilmente capturados e manipulados por políticos corruptos. Apesar disso, existiu explícito jogo de interesses de ambas as partes (sociedade civil e políticos corruptos). Acerca dos interesses do poder público e da sociedade civil, uma liderança afirmou:

Agora eu vou falar com você, o interesse político e o interesse social se misturam, se você não tiver coragem, você não tiver estomago, você não fica não. (Entrevistada 3 – Ex. Líder de Movimento Social, 2012).

As características de ocupação da Grande Terra Vermelha revelam similaridades com uma série de casos de surgimento de aglomerados subnormais na década de 1990 no Brasil. Nesses casos, percebe-se a importância do poder público e de suas infraestruturas que surgem nas áreas

periféricas, estimulando a especulação imobiliária e o encarecimento de terras. Ademais, a prefeitura legitima a invasão do meio rural a partir do momento que aprova loteamentos de imobiliárias e de grandes proprietários de terras nessas áreas. Pudemos observar, que muitas dessas novas frentes de urbanização apresentam características de elevado risco ambiental, como as áreas de manguezais, brejos, alagados, sítios históricos, etc.

Todo o levantamento documental e bibliográfico feito para a realização deste trabalho baseou-se, sobretudo nas falas dos entrevistados, quais sejam: moradores, técnicos da prefeitura municipal de Vila Velha e do Instituto Estadual de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo. O objetivo, portanto, foi documentar aquilo que ainda não havia sido documentado: a história de vida de indivíduos que lutaram por décadas na luta pela moradia na Grande Vitória e mesmo a história de trabalho dos técnicos do governo do Estado e da Prefeitura Municipal. Essa história, por vezes, passa despercebida aos olhos do cidadão, guarda em si, geo-histórias que ajudam a revelar como ocorreu e como ocorre o processo de formação de nossas cidades através da prática cotidiana.

6. BIBLIOGRAFIA

BOM MEIHY, J.C. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BONDUKI, Nábil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4 ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, FAPESP, 2004.

BORGES, V. et al. **Papel da Geografia Escolar no Processo de Formação do Cidadão: A Visão de Professores dos Municípios da Grande Vitória**. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS - O ESPAÇO NÃO PÁRA. POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 2008, São Paulo. Anais do XV ENG, 2008

CAMPOS, Andrelino; SILVA, Catia Antonia da. (org.) **Metrópoles em mutação. Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva**. 1. ª ed. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, vol. 1, 2008.

CAMPOS FILHO, Cândido malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 2ª ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 1992.

DARÉ, Raquel; **A “crise” do café e a ideología desenvolvimentista do Espírito Santo**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgg/sites/web3.ufes.br.ppgg/files/Raquel.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa Solos**. Disponível em: <<http://www.cnps.embrapa.br/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 25 setembro 2011.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Diretrizes para o Zoneamento**. Rio de Janeiro, IBAM, 1982.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 5ª edição, 2010.

LIRA, E.C. LEPAUS, L.E. **Comércio, Serviço e Transporte em Terra Vermelha, Barramares e Normília da Cunha**. Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina: Metodologia de Pesquisa Geográfica. UFES, Vitória – ES, 2004.

MAGALHÃES, Andreone. MOREIRA, Elizete. **Situação de moradia e especulação fundiária nos bairros de João Goulart e Morada da Barra, na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha-ES**. Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina: Metodologia de Pesquisa Geográfica. UFES, Vitória – ES, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: desigualdade, ilegalidade e violência**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **Enfrentando desafios**. São Paulo, FAUUSP (T.Livre-Docência), 1997.

_____. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: A cidade do pensamento único. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 3ª ed, 2000,

_____. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual. 7^a ed, 2010.
(Série Espaço e Debate).

_____. **Impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ:
Vozes, 2011.

MINCHIO. João Paulo Souza. **Percepções e Sugestões de Uso e Ocupação do Solo e do Tempo nos Bairros Praia dos Recifes, Vinte e Três de Maio e Ulisses Guimarães – Vila Velha (ES).** UFES, 2009. 42 f. Monografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Mercadoria ou Direito: a provisão de habitação de interesse social nas metrópoles.** Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1639:mercadoria-ou-direito-a-provisao-de-habitacao-de-interesse-social-nas-metropoles&catid=45:materias&Itemid=88&lang=PT>. Acesso em: 27 abril 2011.

_____. **Avaliação do Plano Diretor Urbano de Vila Velha.** Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/es/>>. Acesso em: 27 de abril de 2011.

RIBEIRO, Cecilia; PONTUAL , Virgínia . **A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960.** Arquitextos, São Paulo, 10.109, Vitrúvius, jun 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>. Acesso em 01 de junho de 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, JUNIOR Orlando Alves dos Santos. **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RIBEIRO, Rosimery Aliprandi. **Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, Região Metropolitana da Grande Vitória, ES.** Dissertação de Mestrado, Mestrado em Geografia UFES, 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RONILK, Raquel. **O que é periferia?** Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itau-cultural/>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2011.

SEAE/IJSN. **Diagnóstico dos equipamentos públicos: aglomerado de Terra Vermelha.** Relatório 01. Vitória, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A B C do Desenvolvimento Urbano.** 5^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 7^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TARDIM, Raquel. **Espaços Livres: sistema e projeto territorial.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

VILA VELHA. **Legislação Municipal Online.** Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

ZANOTELLI, C. L. **Fragmentações sócio-espaciais e criminalidade violenta: o caso de Terra Vermelha – Aglomeração de Vitória – ES.** Artigo Científico. Disponível em: <http://www.revistahumanas.org/claudio_artigo2.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2012.

ANEXO 1

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Questionário (Q1): MOVIMENTOS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO DO “PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA GRANDE TERRA VERMELHA”,

Caro (a) Sr (a),

Para a formulação da pesquisa: “PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA GRANDE TERRA VERMELHA”, **sua contribuição é de extrema importância.**

Respondentes:

Data: ___/___/201___

Instituição:	
Cargo/Representação:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

1. Qual o papel atual dos Movimentos Sociais existentes na RGV na produção deste espaço?
2. Como os movimentos concretizaram as necessidades do bairro, desde a abertura de vias, construção de equipamentos urbanos, entre outros?
3. Avalie essa atuação dentro do Movimento Social.

(I1) Institucionais:

4. Quais eram as condições físicas da sede do movimento, onde eram feitas as reuniões no período da ocupação do bairro?
5. Havia uma hierarquia no momento de atuação, junto à tomada de decisões e o alinhamento com a prefeitura?
6. Como era a participação da sociedade no processo de ocupação do bairro? De quais localidades as pessoas vinham?
7. Como era feita a divisão dos lotes ocupados? Havia algum representante que fazia esse trabalho?

(I2) Jurídicos e normativos:

8. Identificar os instrumentos jurídico-urbanísticos que estiveram presentes na época de ocupação do bairro.

(I3) Divulgação

9. Como se deu a divulgação da ocupação na época de assentamentos?

10. De que maneira as famílias eram selecionadas para participarem do processo de ocupação e construção dos lotes?

(I4) Equipamentos

11. Houve preocupação do movimento em separar áreas para os equipamentos urbanos?

12. Houve colaboração da prefeitura na relação de obras de infraestrutura e de equipamentos no bairro?

13. Houve participação dos moradores dos bairros na produção da infraestrutura?

ANEXO 2

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Questionário (Q2): PREFEITURA

QUESTIONÁRIO DO “PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA GRANDE TERRA VERMELHA”,

Caro (a) Sr (a),

Para a formulação da pesquisa: “PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA GRANDE TERRA VERMELHA”, **sua contribuição é de extrema importância.**

Respondentes:

Data: ___ / ___ /201___

Instituição:
Cargo/Representação:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

1. Qual a sua atuação na prefeitura? Fale um pouco da sua história.
2. De que forma a prefeitura de Vila Velha tem atuado na Regional 5 – Terra Vermelha?
3. Avalie a atuação da prefeitura na Regional 5 na atualidade.

(I1) Institucionais:

4. Você considera adequadas as condições físicas e de equipamentos para exercer seu trabalho na prefeitura?
5. Quais são os principais gargalos enfrentados pelo executivo no momento de elaborar e executar os projetos nesta secretaria?
6. Existe demanda da sociedade civil organizada (Movimentos Sociais e Ativismos) para essa secretaria? Como se dá esse diálogo e quais são as principais demandas?

(I2) Jurídicos e normativos:

7. Existe algum programa da prefeitura de Regularização Fundiária para a área da Regional 5? Esse programa já está em andamento beneficiando famílias?
8. Como a prefeitura lida com a questão de invasões e venda de lotes clandestinos na regional 5?

9. Existe alguma área na Regional 5 que pertence à prefeitura de Vila Velha na atualidade?

10. **Identificar** os instrumentos jurídico-urbanísticos que estiveram presentes na época de ocupação do bairro.

(I3) Divulgação

11. Como se dá a divulgação das obras que são realizadas no bairro?

12. Como ocorre a seleção das famílias para os programas habitacionais da prefeitura?

ANEXO 3

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Questionário (Q3): IDURB-ES

QUESTIONÁRIO DO “PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA GRANDE TERRA VERMELHA”,

Caro (a) Sr (a),

Para a formulação da pesquisa: “PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA GRANDE TERRA VERMELHA”, **sua contribuição é de extrema importância.**

Respondentes:

Data: ___ / ___ /201___

Instituição:
Cargo/Representação:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

1. Qual a sua atuação na secretaria? Fale um pouco da sua história.
2. De que forma o IDURB tem atuado na Regional 5 – Terra Vermelha?
3. Avalie a atuação do Estado na Regional 5 na atualidade.

A. Instrumentos de gestão:

(I1) Institucionais:

4. Você considera adequadas as condições físicas e de equipamentos para exercer seu trabalho na instituição?
- 5) Quais são os principais gargalos enfrentados pelo executivo no momento de elaborar e executar os projetos nesta instituição?
7. Existe demanda da sociedade civil organizada (Movimentos Sociais e Ativismos) para essa instituição? Como se dá esse diálogo e quais são as principais demandas?

(I2) Jurídicos e normativos:

8. Existe algum programa da secretaria de Regularização Fundiária para a área da Regional 5? Esse programa já está em andamento beneficiando famílias?
9. Como a secretaria lida com a questão de invasões e venda de lotes clandestinos na regional 5?
10. Existe alguma área na Regional 5 que pertence à prefeitura de Vila Velha na atualidade?
11. **Identificar** os instrumentos jurídico-urbanísticos que estiveram presentes na época de ocupação do bairro.

(I3) Divulgação

12. Como se dá a divulgação das obras que são realizadas no bairro?
13. Como ocorre a seleção das famílias para os programas habitacionais da secretaria?

ANEXO 4

HORÁRIOS DE LINHAS DE ÔNIBUS

Tabela 6 Horários de Linhas em Morada da Barra (1)

HORÁRIOS - LINHA: 0616 - MORADA DA BARRA / T. ITAPARICA - VIA BARRAMARES									
Saída: MORADA DA BARRA - Destino: TERMINAL ITAPARICA									
DIAS ÚTEIS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:30	04:45	05:00	05:10	05:20	05:25B	05:29	05:38	05:47	05:55B
05:56	06:05	06:15	06:25	06:25B	06:35	06:45	06:55B	06:55	07:05
07:17	07:30	07:30B	07:45	08:05	08:30	09:00	09:30	10:00	10:30
11:00	11:30	12:00	12:30	13:00	13:30	14:00	14:30	15:00	15:25
15:45	16:05	16:25	16:45	17:05	17:25	17:45	18:05	18:25	18:45
19:10	19:40	20:10	20:40	21:10	21:40	22:10	22:35	23:00	23:40
SÁBADO - Início da Operação: 01/05/2011									
04:40	05:20	05:40	06:00	06:20	06:40	07:00	07:20	07:40	08:00
08:30	09:00	09:30	10:00	10:30	11:00	11:30	12:00	12:30	13:00
13:30	14:00	14:30	15:00	15:20	15:40	16:00	16:20	16:40	17:00
17:20	17:40	18:05	18:25	18:50	19:10	19:35	20:05	20:35	21:05
21:35	22:10	22:45	23:35						
DOMINGOS E FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:40	05:20	05:45	06:15	06:45	07:15	07:45	08:15	08:45	09:15
09:45	10:15	10:45	11:15	11:45	12:15	12:45	13:15	13:45	14:15
14:45	15:15	15:45	16:10	16:35	17:00	17:25	17:50	18:15	18:45
19:15	19:45	20:30	21:15	22:00	22:45	23:35			
ATÍPICOS ENTRE FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:30	04:45	05:00	05:10	05:20	05:25B	05:29	05:38	05:47	05:55B
05:56	06:05	06:15	06:25	06:25B	06:35	06:45	06:55B	06:55	07:05
07:17	07:30	07:30B	07:45	08:05	08:30	09:00	09:30	10:00	10:30
11:00	11:30	12:00	12:30	13:00	13:30	14:00	14:30	15:00	15:25
15:45	16:05	16:25	16:45	17:05	17:25	17:45	18:05	18:25	18:45
19:10	19:40	20:10	20:40	21:10	21:40	22:10	22:35	23:00	23:40

Fonte: CeturbGV/2012

Tabela 7. Horários de Linhas em Morada da Barra (2)

Saída: TERMINAL ITAPARICA - Destino: MORADA DA BARRA									
DIAS ÚTEIS - Início da Operação: 01/05/2011									
05:00	05:25	05:45	06:03	06:21	06:40	07:00	07:20	07:40	08:00
08:30	09:00	09:30	10:00	10:30	11:00	11:30	12:00	12:30	13:00
13:30	14:00	14:30	15:00	15:30	16:00	16:15	16:30	16:45	17:00
17:10	17:20	17:30	17:38	17:46	17:54	18:02	18:10	18:18	18:26
18:34	18:42	18:50	18:58	19:06	19:15	19:25	19:35	19:50	20:05
20:35	21:05	21:35	22:05	22:35	23:15	00:00			
SÁBADO - Início da Operação: 01/05/2011									
05:05	05:50	06:15	06:35	06:55	07:15	07:35	08:00	08:30	09:00
09:30	10:00	10:30	11:00	11:30	12:00	12:30	13:00	13:30	14:00
14:30	14:55	15:15	15:35	15:55	16:15	16:35	16:55	17:15	17:35
17:55	18:15	18:35	19:00	19:25	20:00	20:30	21:05	21:45	22:20
23:10	00:00								
DOMINGOS E FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
05:00	05:45	06:15	06:45	07:15	07:45	08:15	08:45	09:15	09:45
10:15	10:45	11:15	11:45	12:15	12:45	13:15	13:45	14:15	14:45
15:15	15:45	16:10	16:35	17:00	17:25	17:50	18:15	18:45	19:15
19:45	20:15	20:50	21:35	22:20	23:05	00:00			
ATÍPICOS ENTRE FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
05:00	05:25	05:45	06:03	06:21	06:40	07:00	07:20	07:40	08:00
08:30	09:00	09:30	10:00	10:30	11:00	11:30	12:00	12:30	13:00
13:30	14:00	14:30	15:00	15:30	16:00	16:15	16:30	16:45	17:00
17:10	17:20	17:30	17:38	17:46	17:54	18:02	18:10	18:18	18:26
18:34	18:42	18:50	18:58	19:06	19:15	19:25	19:35	19:50	20:05
20:35	21:05	21:35	22:05	22:35	23:15	00:00			
OBS: B - Partidas de Barramares AV. Daniela Peres com Rua Muriaé.									

Fonte: CeturbGV/2012

Tabela 8. Horários de Linhas em João Goulart

HORÁRIOS - LINHA: 0617 - J. GOULART / T. ITAPARICA - VIA AV. CALIFÓRNIA									
Saída: JOÃO GOULART - Destino: TERMINAL ITAPARICA									
DIAS ÚTEIS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:30	04:50	05:05	05:18	05:30	05:40C	05:41	05:52	05:57C	06:03
06:14C	06:14	06:25	06:31C	06:36	06:47	06:48C	06:58	07:05C	07:10
07:22	07:22C	07:35	07:50	08:05	08:40	09:15	09:50	10:25	11:00
11:35	12:10	12:45	13:20	13:55	14:30	15:00	15:30	16:00	16:20
16:40	17:00	17:20	17:40	18:00	18:20	18:40	19:00	19:30	20:00
20:30	21:00	21:30	22:00	22:30	23:00	23:40			
SÁBADO - Início da Operação: 01/05/2011									
04:30	05:00	05:30	06:00	06:15	06:30	06:45	07:05	07:25	07:45
08:05	08:30	09:00	09:30	10:00	10:30	11:00	11:30	12:00	12:30
12:55	13:20	13:40	14:00	14:20	14:40	15:00	15:30	16:00	16:30
17:00	17:30	18:00	18:30	19:00	19:30	20:00	20:30	21:00	21:30
22:00	22:30	23:05							
DOMINGOS E FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:30	05:10	05:50	06:30	07:10	07:50	08:30	09:10	09:50	10:30
11:10	11:50	12:30	13:10	13:50	14:30	15:10	15:50	16:30	17:10
17:50	18:30	19:10	19:50	20:30	21:10	21:50	22:30	23:10	
ATÍPICOS ENTRE FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:30	04:50	05:05	05:18	05:30	05:40C	05:41	05:52	05:57C	06:03
06:14C	06:14	06:25	06:31C	06:36	06:47	06:48C	06:58	07:05C	07:10
07:22C	07:22	07:35	07:50	08:05	08:40	09:15	09:50	10:25	11:00
11:35	12:10	12:45	13:20	13:55	14:30	15:00	15:30	16:00	16:20
16:40	17:00	17:20	17:40	18:00	18:20	18:40	19:00	19:30	20:00
20:30	21:00	21:30	22:00	22:30	23:00	23:40			
Saída: TERMINAL ITAPARICA - Destino: JOÃO GOULART									
DIAS ÚTEIS - Início da Operação: 01/05/2011									
04:55	05:20	05:45	06:08	06:30	06:52	07:14	07:30	07:45	08:05
08:35	09:10	09:45	10:20	10:55	11:30	12:05	12:40	13:15	13:50
14:25	14:55	15:15	15:35	15:55	16:10	16:25	16:34	16:43	16:52
17:00	17:08	17:16	17:24	17:32	17:40	17:48	17:54	18:02	18:10
18:18	18:26	18:34	18:42	18:51	19:00	19:10	19:22	19:36	19:50
20:10	20:30	20:55	21:25	22:00	22:40	23:20	00:00		
SÁBADO - Início da Operação: 01/05/2011									
05:00	05:30	05:55	06:25	06:45	07:00	07:20	07:40	08:00	08:20
08:40	09:00	09:30	10:00	10:30	11:00	11:30	12:00	12:30	12:55
13:25	13:55	14:15	14:35	14:55	15:15	15:35	16:00	16:30	17:00
17:30	18:00	18:30	19:00	19:30	20:00	20:30	21:00	21:30	22:00

DOMINGOS E FERIADOS - Início da Operação: 01/05/2011									
05:05	05:40	06:20	07:00	07:40	08:20	09:00	09:40	10:20	11:00
11:40	12:20	13:00	13:40	14:20	15:00	15:40	16:20	17:00	17:40
18:20	19:00	19:40	20:20	21:00	21:40	22:25	23:10	00:00	
ATÍPICOS ENTRE FERIADOS - Início da Operação: 02/09/2012									
04:55	05:20	05:45	05:55D	06:08	06:12D	06:29D	06:30	06:46D	06:52
07:03D	07:14	07:30	07:45	08:05	08:35	09:10	09:45	10:20	10:55
11:30	12:05	12:40	13:15	13:50	14:25	14:55	15:15	15:35	15:55
16:10	16:25	16:34	16:43	16:52	17:00	17:08	17:16	17:24	17:32
17:40	17:48	17:54	18:02	18:10	18:18	18:26	18:34	18:42	18:51
19:00	19:10	19:22	19:36	19:50	20:10	20:30	20:55	21:25	22:00
22:40	23:20	00:00							

Fonte: CeturbGV/2012